Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 10

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 11

DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009 12

Demonstração do Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 23

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 24

DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009 25

Demonstração do Valor Adicionado 26

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho 28

Notas Explicativas 48

Proposta de Orçamento de Capital 108

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 109

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 111

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 112

Índice

Motivos de Reapresentação 113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.464
Preferenciais	640
Total	8.104
Em Tesouraria	
Ordinárias	14
Preferenciais	1
Total	15

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	1.138.699	1.051.591	1.139.767
1.01	Ativo Circulante	188.351	129.735	115.551
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	39.191	2.913	1.226
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.419	12.202	3.340
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.419	12.202	3.340
1.01.02.01.03	Bancos conta Vinculada	6.419	12.202	3.340
1.01.03	Contas a Receber	89.789	76.104	65.141
1.01.03.01	Clientes	76.903	59.227	53.327
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.886	16.877	11.814
1.01.04	Estoques	37.227	31.761	33.571
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.635	6.755	12.273
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.635	6.755	12.273
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.090	0	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	7.090	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	950.348	921.856	1.024.216
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	194.594	172.171	219.902
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.065	0	0
1.02.01.01.03	Bancos conta vinculada	4.065	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	5.091	1.434	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.091	1.434	0
1.02.01.05	Ativos Biológicos	161.451	143.881	158.057
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.249	11.518	42.848
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.249	11.518	42.848
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.730	3.676
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	0	2.730	3.676
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.738	12.608	15.321
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.401	5.038	8.111
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	7.337	7.570	7.210
1.02.02	Investimentos	210.049	179.403	108.251

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1.02.02.01	Participações Societárias	210.049	179.403	108.251
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	210.049	179.403	108.251
1.02.03	Imobilizado	545.705	570.282	696.063
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	545.705	570.282	696.063

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	1.138.699	1.051.591	1.139.767
2.01	Passivo Circulante	198.715	207.427	193.809
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.641	7.144	6.588
2.01.02	Fornecedores	40.823	37.196	41.427
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.163	10.794	9.912
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	114.442	134.775	117.521
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.654	134.775	117.521
2.01.04.02	Debêntures	12.788	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	23.646	16.480	13.584
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	306	6.968
2.01.05.02	Outros	23.646	16.174	6.616
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.775	3.872	32
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	13.086	11.733	5.274
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	785	569	1.310
2.01.06	Provisões	0	1.038	4.777
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1.038	4.777
2.02	Passivo Não Circulante	472.868	401.451	521.292
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	222.924	168.725	255.063
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	93.283	168.725	255.063
2.02.01.02	Debêntures	129.641	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	38.389	32.972	26.376
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.602	17.755	14.713
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	17.602	17.755	14.713
2.02.02.02	Outros	20.787	15.217	11.663
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias	20.166	14.169	11.663
2.02.02.02.04	Outras contas a Pagar	621	1.048	0
2.02.03	Tributos Diferidos	171.693	172.334	180.511
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	171.693	172.334	180.511
2.02.04	Provisões	39.862	27.420	59.342

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.862	27.420	59.342
2.03	Patrimônio Líquido	467.116	442.713	424.666
2.03.01	Capital Social Realizado	63.381	63.381	63.381
2.03.02	Reservas de Capital	-309	-80	-44
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-309	-80	-44
2.03.03	Reservas de Reavaliação	10.044	10.409	12.023
2.03.04	Reservas de Lucros	120.369	94.524	97.866
2.03.04.01	Reserva Legal	2.863	814	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	79.770	85.165	97.866
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.736	8.545	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-30.411
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	273.631	274.479	281.851

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	417.957	332.740	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-291.088	-248.945	0
3.02.01	Variação do valor justo dos ativos biológicos	21.337	4.053	0
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-312.425	-252.998	0
3.03	Resultado Bruto	126.869	83.795	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.478	-52.044	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.217	-35.913	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.211	-30.859	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.209	53.951	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.227	-37.545	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.968	-1.678	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.391	31.751	0
3.06	Resultado Financeiro	-41.463	13.662	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.928	45.413	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.640	-19.821	0
3.08.01	Corrente	-2.986	0	0
3.08.02	Diferido	1.346	-19.821	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.288	25.592	0
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.928	-3.641	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-3.928	-3.641	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.360	21.951	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,69090	3,13470	0,00000
3.99.01.02	PN	5,16010	3,44820	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	34.360	21.951	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.360	21.951	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.377	3.532	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.449	55.311	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	34.360	21.951	0
6.01.01.02	Variação valor justo ativos biológicos	-21.337	-4.053	0
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	39.946	54.428	0
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.370	17.948	0
6.01.01.05	Resultado na alienação de ativo permanente	658	-11.309	0
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-39.968	1.678	0
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10.637	13.190	0
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	630	637	0
6.01.01.09	Outras provisões	0	4.402	0
6.01.01.11	Benefícios REFIS	0	-18.367	0
6.01.01.12	Variação monetárias e encargos	41.893	-25.194	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.072	-51.779	0
6.01.02.01	Contas a receber	-18.306	-11.368	0
6.01.02.02	Estoques	-5.466	1.810	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	757	8.591	0
6.01.02.04	Outras contas a receber	-1.099	-10.983	0
6.01.02.05	Dividendos recebidos	14.868	2.541	0
6.01.02.06	Fornecedores	3.627	-4.231	0
6.01.02.07	Obrigações sociais e previdenciárias	5.893	556	0
6.01.02.08	Adiantamento de clientes	216	-741	0
6.01.02.09	Obrigações tributárias	2.817	-5.120	0
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-28.569	-32.834	0
6.01.02.11	Pagamento juros sobre debêntures	-7.527	0	0
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-3.283	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.871	3.440	0
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-19.926	-19.857	0
6.02.02	Aumento de capital em controlada	-1.467	-903	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.02.03	Recebimentos com alienação de ativos	1.609	29.344	0
6.02.04	Mútuos com pessoas ligadas	2.141	-5.108	0
6.02.05	Ações em tesouraria	-228	-36	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26.772	-5.285	0
6.03.01	Pagamento de dividendos	-3.847	-32	0
6.03.02	Debêntures emitidas	140.575	0	0
6.03.04	Empréstimos captados	84.283	115.174	0
6.03.05	Empréstimos pagos	-194.239	-120.427	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.278	1.687	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.913	1.226	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	39.191	2.913	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-80	379.412	0	0	442.713
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-80	379.412	0	0	442.713
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-229	0	-9.728	0	-9.957
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-229	0	0	0	-229
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-9.728	0	-9.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.360	0	34.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.360	0	34.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.632	-24.632	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-365	365	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-3.204	3.204	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.191	2.191	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-659	659	0	0
5.06.07	Realização custo atribuído (controladas)	0	0	-189	189	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	2.049	-2.049	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	29.191	-29.191	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-44	391.740	-30.411	0	424.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-44	391.740	-30.411	0	424.666
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-36	0	-3.868	0	-3.904
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-36	0	0	0	-36
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.868	0	-3.868
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.951	0	21.951
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.951	0	21.951
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-12.328	12.328	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.614	1.614	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-10.284	10.284	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.417	2.417	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-7.372	7.372	0	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	814	-814	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	8.545	-8.545	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-80	379.412	0	0	442.713

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-44	15.993	-29.387	0	49.943
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-44	15.993	-29.387	0	49.943
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	375.747	-1.024	0	374.723
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-3.970	0	0	-3.970
5.06.04	Adoção CPCs - ativos biológicos	0	0	0	76.668	0	76.668
5.06.05	Adoção CPCs - ativos biológicos (controladas)	0	0	0	57.592	0	57.592
5.06.06	Adoção CPCs - baixa ágio controlada Habitasul Florestal	0	0	0	-36.394	0	-36.394
5.06.07	Transferência lucros não realizados para reserva	0	0	97.866	-97.866	0	0
5.06.08	Adoção CPCs - custo atribuído	0	0	261.704	0	0	261.704
5.06.09	Adoção CPCs - custo atribuído (controladas)	0	0	20.147	0	0	20.147
5.06.10	Adoção CPCs - baixa diferido	0	0	0	-1.024	0	-1.024
5.07	Saldos Finais	63.381	-44	391.740	-30.411	0	424.666

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.01	Receitas	554.710	523.621	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	551.609	465.948	0
7.01.02	Outras Receitas	3.731	58.310	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-630	-637	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-361.461	-372.769	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-292.288	-294.859	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.173	-77.910	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	193.249	150.852	0
7.04	Retenções	-18.610	-50.375	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.946	-54.428	0
7.04.02	Outras	21.336	4.053	0
7.04.02.01	Variação valor justo ativo biológico	21.336	4.053	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	174.639	100.477	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.979	81.222	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.969	5.712	0
7.06.02	Receitas Financeiras	35.010	75.510	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	249.618	181.699	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	249.618	181.699	0
7.08.01	Pessoal	64.666	57.658	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.882	44.866	0
7.08.01.02	Benefícios	8.595	9.660	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.189	3.132	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.898	34.058	0
7.08.02.01	Federais	25.696	23.083	0
7.08.02.02	Estaduais	19.876	10.604	0
7.08.02.03	Municipais	326	371	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100.876	68.032	0
7.08.03.01	Juros	77.598	62.105	0
7.08.03.02	Aluguéis	23.278	5.927	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.360	21.951	0
7.08.04.02	Dividendos	9.730	3.769	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.630	18.182	0
7.08.05	Outros	3.818	0	0
7.08.05.01	Participação dos administradores	3.818	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	1.144.760	1.062.465	1.140.805
1.01	Ativo Circulante	188.873	127.066	116.861
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.362	3.025	1.370
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.419	12.202	3.340
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.419	12.202	3.340
1.01.02.01.03	Bancos conta Vinculada	6.419	12.202	3.340
1.01.03	Contas a Receber	87.345	72.405	63.746
1.01.03.01	Clientes	78.900	61.457	54.195
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.445	10.948	9.551
1.01.04	Estoques	39.007	32.659	35.616
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.650	6.775	12.789
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.650	6.775	12.789
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.090	0	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	7.090	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	955.887	935.399	1.023.944
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	271.564	225.532	279.811
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.065	0	0
1.02.01.01.03	Bancos conta vinculada	4.065	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	5.118	1.663	242
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.118	1.663	242
1.02.01.05	Ativos Biológicos	238.215	199.743	221.342
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.252	11.518	42.848
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.252	11.518	42.848
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.914	12.608	15.379
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.401	5.038	8.169
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	7.513	7.570	7.210
1.02.02	Investimentos	0	458	0
1.02.02.01	Participações Societárias	0	458	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	458	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1.02.03	Imobilizado	684.323	709.409	744.133
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	684.323	709.409	744.133

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	1.144.760	1.062.465	1.140.805
2.01	Passivo Circulante	209.696	205.005	195.197
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.889	7.184	6.974
2.01.02	Fornecedores	39.632	37.352	41.482
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.545	11.446	10.314
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	127.700	134.775	117.821
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	114.912	134.775	117.821
2.01.04.02	Debêntures	12.788	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	20.930	13.210	13.829
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	306	6.968
2.01.05.02	Outros	20.930	12.904	6.861
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.775	3.872	32
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	9.214	7.485	5.203
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	1.941	1.547	1.626
2.01.06	Provisões	0	1.038	4.777
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1.038	4.777
2.02	Passivo Não Circulante	467.934	414.739	520.937
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	203.504	168.725	255.063
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	115.380	168.725	255.063
2.02.01.02	Debêntures	88.124	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	21.475	15.928	13.558
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	1.161
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	1.161
2.02.02.02	Outros	21.475	15.928	12.397
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias	20.854	14.880	12.397
2.02.02.02.04	Outras contas a Pagar	621	1.048	0
2.02.03	Tributos Diferidos	203.027	202.422	192.719
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	203.027	202.422	192.719
2.02.04	Provisões	39.928	27.664	59.597

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.928	27.664	59.597
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	467.130	442.721	424.671
2.03.01	Capital Social Realizado	63.381	63.381	63.381
2.03.02	Reservas de Capital	-309	-80	-44
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-309	-80	-44
2.03.03	Reservas de Reavaliação	10.044	10.409	12.023
2.03.04	Reservas de Lucros	120.369	94.524	97.866
2.03.04.01	Reserva Legal	2.863	814	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	79.770	85.165	97.866
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.736	8.545	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-30.411
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	273.631	274.479	281.851
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	14	8	5

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	442.686	349.997	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-269.352	-263.511	0
3.02.01	Variação do valor justo dos ativos biológicos	50.738	3.696	0
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-320.090	-267.207	0
3.03	Resultado Bruto	173.334	86.486	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.813	-53.644	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.661	-35.832	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-52.276	-34.073	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.226	54.029	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.102	-37.768	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	83.521	32.842	0
3.06	Resultado Financeiro	-41.619	12.845	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.902	45.687	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.613	-20.094	0
3.08.01	Corrente	-3.831	-437	0
3.08.02	Diferido	218	-19.657	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.289	25.593	0
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.928	-3.641	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-3.928	-3.641	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	34.361	21.952	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	34.360	21.951	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	1	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,69090	3,13470	0,00000
3.99.01.02	PN	5,16010	3,44820	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	34.361	21.952	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	34.361	21.952	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	34.360	21.951	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	1	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.959	6.052	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.062	61.686	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	34.360	21.951	0
6.01.01.02	Variação valor justo ativos biológicos	-50.738	-3.696	0
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	50.992	62.281	0
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.125	17.728	0
6.01.01.05	Resultado na alienação de ativo permanente	548	-11.307	0
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10.460	13.179	0
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	630	688	0
6.01.01.09	Outras provisões	0	4.402	0
6.01.01.10	Participação de acionistas não controladores	6	3	0
6.01.01.11	Benefícios REFIS	0	-18.367	0
6.01.01.12	Variação monetárias e encargos	41.929	-25.176	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.103	-55.634	0
6.01.02.01	Contas a receber	-18.073	-12.781	0
6.01.02.02	Estoques	-6.348	2.957	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	762	9.145	0
6.01.02.04	Outras contas a receber	-951	-12.139	0
6.01.02.06	Fornecedores	2.280	-4.130	0
6.01.02.07	Obrigações sociais e previdenciárias	6.101	210	0
6.01.02.08	Adiantamento de clientes	394	-79	0
6.01.02.09	Obrigações tributárias	3.487	-4.912	0
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-28.569	-32.834	0
6.01.02.11	Pagamento juros sobre debêntures	-8.822	0	0
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-364	-1.071	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.926	1.188	0
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-20.882	-20.297	0
6.02.03	Recebimentos com alienação de ativos	2.490	29.344	0
6.02.04	Mútuos com pessoas ligadas	-306	-7.823	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.02.05	Ações em tesouraria	-228	-36	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	20.304	-5.585	0
6.03.01	Pagamento de dividendos	-3.847	-32	0
6.03.02	Debêntures emitidas	100.575	0	0
6.03.03	Cédula de crédito imobiliário - CRI	35.355	0	0
6.03.04	Empréstimos captados	85.272	115.174	0
6.03.05	Empréstimos pagos	-197.051	-120.727	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.337	1.655	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.025	1.370	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.362	3.025	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-80	379.412	0	0	442.713	8	442.721
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-80	379.412	0	0	442.713	8	442.721
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-229	0	-9.728	0	-9.957	0	-9.957
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-229	0	0	0	-229	0	-229
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-9.728	0	-9.728	0	-9.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.360	0	34.360	6	34.366
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.360	0	34.360	6	34.366
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.632	-24.632	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-365	365	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-3.204	3.204	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.191	2.191	0	0	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-659	659	0	0	0	0
5.06.07	Realização custo atribuído	0	0	-189	189	0	0	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	2.049	-2.049	0	0	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	29.191	-29.191	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116	14	467.130

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-44	391.740	-30.411	0	424.666	5	424.671
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-44	391.740	-30.411	0	424.666	5	424.671
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-36	0	-3.868	0	-3.904	0	-3.904
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-36	0	0	0	-36	0	-36
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.868	0	-3.868	0	-3.868
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.951	0	21.951	3	21.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.951	0	21.951	3	21.954
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-12.328	12.328	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-1.614	1.614	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-10.284	10.284	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-2.417	2.417	0	0	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-7.372	7.372	0	0	0	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	814	-814	0	0	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	8.545	-8.545	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-80	379.412	0	0	442.713	8	442.721

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-44	15.993	-29.387	0	49.943	5	49.948
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-44	15.993	-29.387	0	49.943	5	49.948
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	375.747	-1.024	0	374.723	0	374.723
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-3.970	0	0	-3.970	0	-3.970
5.06.04	Adoção CPCs - ativos biológicos	0	0	0	76.668	0	76.668	0	76.668
5.06.05	Adoção CPCs - ativos biológicos (controladas)	0	0	0	57.592	0	57.592	0	57.592
5.06.06	Adoção CPCs - baixa ágio controlada Habitasul Florestal	0	0	0	-36.394	0	-36.394	0	-36.394
5.06.07	Transferência lucros não realizados para reserva	0	0	97.866	-97.866	0	0	0	0
5.06.08	Adoção CPCs - custo atribuído	0	0	261.704	0	0	261.704	0	261.704
5.06.09	Adoção CPCs - custo atribuído (controladas)	0	0	20.147	0	0	20.147	0	20.147
5.06.10	Adoção CPCs - baixa diferido	0	0	0	-1.024	0	-1.024	0	-1.024
5.07	Saldos Finais	63.381	-44	391.740	-30.411	0	424.666	5	424.671

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.01	Receitas	579.618	540.672	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	575.493	482.978	0
7.01.02	Outras Receitas	4.748	58.386	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-623	-692	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-358.123	-371.318	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-277.629	-288.513	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.494	-82.805	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	221.495	169.354	0
7.04	Retenções	-254	-58.584	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.992	-62.281	0
7.04.02	Outras	50.738	3.697	0
7.04.02.01	Variação valor justo ativo biológico	50.738	3.697	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	221.241	110.770	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	36.763	75.538	0
7.06.02	Receitas Financeiras	36.763	75.538	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	258.004	186.308	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	258.004	186.308	0
7.08.01	Pessoal	66.597	58.617	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.306	45.688	0
7.08.01.02	Benefícios	9.033	9.768	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.258	3.161	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50.361	36.711	0
7.08.02.01	Federais	28.556	24.749	0
7.08.02.02	Estaduais	21.411	11.486	0
7.08.02.03	Municipais	394	476	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	102.868	69.029	0
7.08.03.01	Juros	79.506	62.950	0
7.08.03.02	Aluguéis	23.362	6.079	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.360	21.951	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.08.04.02	Dividendos	9.730	3.769	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.631	18.183	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1	-1	0
7.08.05	Outros	3.818	0	0
7.08.05.01	Participação dos administradores	3.818	0	0

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

A administração da **Celulose Irani S.A.** submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As Demonstrações Financeiras estão elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e suas alterações, e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A Celulose Irani S.A. é uma empresa de Papel e Embalagem integrada, com robusta base florestal própria. A essência dos seus negócios é a otimização do uso da floresta plantada de Pinus (fibra longa), através do seu multiuso, buscando agregar valor a todas as etapas do processo produtivo, bem como a cada produto de origem florestal: celulose, papel, embalagem, madeiras, resinas e biomassa para energia.

DESTAQUES DO ANO DE 2010

IRANI apresenta as demonstrações financeiras em IFRS

A partir do exercício de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas da IRANI estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), conforme determinam as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10. As informações dos períodos anteriores foram ajustadas para a correta comparação. Os principais impactos referem-se aos ativos biológicos, ao custo atribuído dos ativos e à sua vida útil. A adoção desses critérios elevou o valor do ativo da Companhia em R$ 577.265 mil no balanço de abertura em 01.01.2009. Como consequência, o patrimônio líquido da empresa passou de R$ 89.620 mil para R$ 467.116 mil em 31 de dezembro de 2010.

Conciliação do resultado líquido

	R$ mil	4T10	3T10	4T09	2010	2009
	Lucro líquido antes dos ajustes IFRS	2.062	7.919	5.395	3.798	43.590
(1)	Variação do valor justo dos ativos biológicos	(2.106)	23.842	1.345	50.738	3.696
(2)	Exaustão dos ativos biológicos a valor justo	(3.987)	(3.404)	(3.098)	(13.453)	(12.120)
(2)	Reavaliação da vida útil de máquinas e equipamentos	840	928	-	4.107	-
	Outras receitas (despesas) operacionais	(190)	97	97	101	(21.685)
(3)	Efeito de imposto de renda e contrib. social diferidos	4.446	(4.235)	(2)	(7.535)	8.470
	Destinação da participação dos administradores	(3.396)	-	-	(3.396)	-
	Lucro líquido após ajustes de IFRS	(2.331)	25.147	3.737	34.360	21.951

Notas: (1) Reconhecido como receita;
(2) Reconhecido no CPV;
(3) Reconhecido na despesa de imposto de renda e contrib. social

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Conciliação do patrimônio líquido

R$ mil	2010	2009
Patrimônio líquido antes dos ajustes IFRS	89.620	89.625
Valor justo das florestas	113.748	120.983
Custo atribuído (*deemed cost*)	414.033	415.220
Imposto de renda diferido sobre valor justo e custo atribuído	(178.350)	(180.529)
Realização de reservas	6.243	20.074
Efeito no resultado líquido do período	30.562	(22.660)
Dividendos sobre resultado IFRS	(8.740)	-
Patrimônio líquido após ajustes de IFRS	467.116	442.713

O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da crise financeira e econômica que marcou os anos de 2008 e 2009. O PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010 em relação a 2009 o que gerou forte demanda por embalagens de papelão ondulado, segmento que representa 60% do faturamento da Companhia. De acordo com a ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição de papelão ondulado em 2010 foi 13% superior ao ano de 2009 em metros quadrados, sendo que a IRANI teve incremento de 24,5% no mesmo período, superior, portanto, à performance do setor, o que permitiu a Companhia elevar seu market share para 5,5%. Este resultado foi possível em função dos investimentos realizados em 2007/2008 no Projeto Superação, que conferiu a Companhia maior competitividade e ampliou a capacidade de produção das plantas de papelão ondulado localizadas em Vargem Bonita – SC e Indaiatuba – SP.

A Receita Operacional Líquida da IRANI consolidada teve incremento de 18,7% em 2010 em relação a 2009. Esse bom desempenho da Companhia deve-se aos investimentos realizados em 2007/2008 no âmbito do Projeto Superação, que conferiu maior competitividade e maior capacidade de produção de papel e embalagem. Em 2010 também se verificou aumentos dos preços dos produtos, que compensaram os aumentos dos custos no período.

O dólar fechou praticamente estável no ano de 2010 em relação a 2009, o que contribuiu para manter a estabilidade em reais da dívida denominada em dólar. Em razão da política da Empresa de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas.

O Resultado Líquido de 2010 foi de R$ 34.360 mil. O EBITDA ajustado ficou praticamente estável perfazendo R$ 92.216 mil em 2010 comparado a R$ 92.340 mil em 2009. Importante ressaltar que o EBITDA de 2010 não está influenciado por eventos pontuais, como a adesão ao Refis e uma venda extra de madeira que foram realizados em 2009 o que ajudou no EBITDA daquele período. Com isso a margem EBITDA foi de 20,6% em 2010

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

contra 24,5% de 2009. A relação dívida líquida/EBITDA que era 3,13 vezes em 2009, passou para 3,04 vezes em 2010.

O ano de 2010 também foi marcado pela mudança das normas contábeis, que trouxeram grande impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia deixando-as mais precisas e adequadas em relação a sua real situação financeira e patrimonial. Os impactos da adoção das novas normas estão contidos nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Encerramento Unidade Móveis
O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC). As operações foram efetivamente encerradas em outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passa a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo o país através de seu sítio de internet www.meumoveldemadeira.com.br. Com o objetivo de atender estas vendas, foram desenvolvidos fornecedores na região de Rio Negrinho (SC).

Debêntures
Em 12 de abril de 2010, foi subscrita e integralizada a 1° emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476/09, no valor de R$ 100 milhões. O prazo da operação é de 5 anos com 18 meses de carência. Os recursos foram utilizados para alongamento da dívida de curto prazo bem como foram aplicados nas atividades ordinárias da empresa.

Cédula de Créditos Imobiliários – CCI
Em 03 de agosto de 2010, a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A. A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R$ 40.833 mil. Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação. O montante desta captação foi utilizado para integralização pela Irani Trading S.A. de debêntures simples de emissão privada da Celulose Irani S.A. Esta emissão totalizou 40 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em valor total de R$ 40 milhões, e foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de julho de 2010. A

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Companhia por sua vez, utilizou estes recursos para refinanciamento de sua dívida de curto prazo e para suas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo devedor da operação de securitização da Irani Trading era de R$ 35.355 mil.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS
(incluindo operação descontinuada)

R$ mil	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Receita Operacional Líquida	115.836	124.851	96.451	447.472	376.879
Mercado Interno	107.862	112.282	86.389	397.902	301.132
Mercado Externo	7.974	12.569	10.062	49.570	75.747
Lucro Bruto	27.204	60.089	23.027	170.615	87.582
Margem Bruta	23,5%	48,1%	23,9%	38,1%	23,2%
Resultado operacional antes dos tributos e participações	(3.938)	31.714	9.520	39.765	40.116
Margem Operacional	-3,4%	25,4%	9,9%	8,9%	10,6%
Resultado Líquido	**(2.331)**	**25.147**	**3.737**	**34.360**	**21.951**
Margem Líquida	-2,0%	20,1%	3,9%	7,7%	5,8%

EBITDA - EARNING BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION(*)

R$ mil	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Resultado Antes dos Tributos	**(3.938)**	**31.714**	**9.520**	**39.765**	**40.116**
Variação do valor justo dos ativos biológicos	2.106	(23.842)	(1.346)	(50.738)	(3.696)
Exaustão	4.729	4.109	3.733	16.212	25.001
Depreciação e Amortização	9.129	8.641	9.338	34.801	37.281
Resultado Financeiro	6.807	5.271	6.485	42.744	(12.588)
EBITDA	**18.833**	**25.893**	**27.730**	**82.784**	**86.114**
Provisões	2.408	2.663	1.683	9.432	4.581
Eventos não recorrentes*	-	-	-	-	1.645
EBITDA Ajustado	**21.241**	**28.556**	**29.413**	**92.216**	**92.340**
Margem EBITDA	18,3%	22,9%	30,5%	20,6%	24,5%
*Eventos não recorrentes:	-	-	-	-	1.645
Venda de ativo - fazenda	-	-	-	-	188
Vendaval	-	-	-	-	1.457

Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida no 4T10 foi 7,2% menor do que no 3T10, porém 20,1% superior do registrado no 4T09. No ano de 2010, totalizou R$ 447.472 mil, apresentando um aumento de 18,7% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no 4T10 foi de R$ 27.204 mil, 54,7% inferior ao 3T10 e 18,1% superior ao 4T09. Em 2010, totalizou R$ 170.615 mil, perante os R$ 87.582 mil de 2009, um expressivo crescimento de 94,8%. A Margem Bruta em 2010 foi de 38,1%, 14,9 pontos percentuais superior a 2009.

Resultado operacional antes dos tributos e participações

O resultado operacional antes dos tributos e participações no 4T10 foi de R$ 3.938 mil negativos ante R$ 31.714 mil no 3T10 e R$ 9.520 mil no 4T09. Em 2010 o resultado operacional totalizou R$ 39.765 mil estável em relação a 2009 de R$ 40.116 mil.

EBITDA

O valor absoluto do EBITDA ajustado consolidado foi apurado em R$ 21.241 mil no 4T10, contra R$ 28.556 mil no 3T10, representando 25,6% de redução. Com relação ao 4T09, o EBITDA também apresentou redução de 27,8%. Em 2010, o EBITDA ajustado totalizou R$ 92.216 mil, estável em relação a 2009. A Margem de EBITDA ajustado consolidado reduziu de 24,5% em 2009 para 20,6% em 2010. No 4T09 e no ano de 2009 ocorreram eventos pontuais que elevaram o EBITDA, como a adesão ao Refis IV em novembro 2009 e uma venda extra de madeira realizada em setembro do mesmo ano, eventos que não se repetiram em 2010.

Resultado Financeiro

No 4T10 o Resultado Financeiro foi negativo em R$ 6.807 mil. Já em 2010, o Resultado Financeiro foi negativo em R$ 42.744 mil, ante os R$ 12.588 mil positivos em 2009. Dos R$ 42.744 mil negativos de 2010, R$ 360 mil representam variação cambial líquida negativa, R$ 5.938 mil receita financeira (rendimentos de aplicações financeiras, juros recebidos e descontos obtidos) e R$ 48.322 mil correspondem a despesas financeiras (juros de empréstimos e financiamentos, despesas bancárias e descontos concedidos).

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

R$ mil	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Receitas Financeiras	6.733	9.891	5.966	35.409	75.538
Despesas Financeiras	(13.540)	(15.162)	(12.451)	(78.153)	(62.950)
Resultado Financeiro	(6.807)	(5.271)	(6.485)	(42.744)	12.588

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Nas receitas e despesas financeiras apresentadas estão inclusas as variações cambiais ativas e passivas, conforme segue:

R$ mil	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Variação cambial ativa	5.156	8.543	5.383	30.830	73.589
Variação cambial passiva	(2.533)	(1.909)	(1.424)	(31.190)	(14.766)
Variação cambial líquida	2.623	6.634	3.959	(360)	58.823

O resultado financeiro sem variação cambial apresenta-se da seguinte forma:

R$ mil	4T10	3T10	4T09	2010	2009
Resultado Financeiro sem variação cambial	(9.430)	(11.905)	(10.444)	(42.384)	(46.235)

Todos os trimestres foram afetados em seu resultado financeiro pela oscilação do Dólar e do EURO que são base de atualização de determinados empréstimos e financiamentos da Companhia.

Avaliação a Valor Justo dos Ativos Biológicos (Florestas)

A partir de 2010 a Companhia passou a mensurar o valor justo dos seus ativos biológicos (florestas) trimestralmente, conforme determina o CPC 29. A variação do valor justo dos seus ativos biológicos produziu efeitos relevantes no resultado da Companhia de 2010, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos das variações do valor justo dos ativos biológicos

R$ mil	2010	2009
Variação do valor justo dos ativos biológicos	50.738	3.696
Exaustão do valor justo dos ativos biológicos	(13.453)	(12.120)

O aumento do valor de mercado das florestas da Companhia, em 2010, deveu-se basicamente pelo aumento dos preços da madeira verificados durante o ano no mercado local, adicionado do aumento do volume de madeira das florestas (florestas em estoque), em função do seu incremento no ano ter sido superior a quantidade exaurida.
A variação do valor justo dos ativos biológicos, bem como sua exaustão, estão sendo reconhecidos no Custo dos Produtos Vendidos – CPV. Esta nova determinação contábil

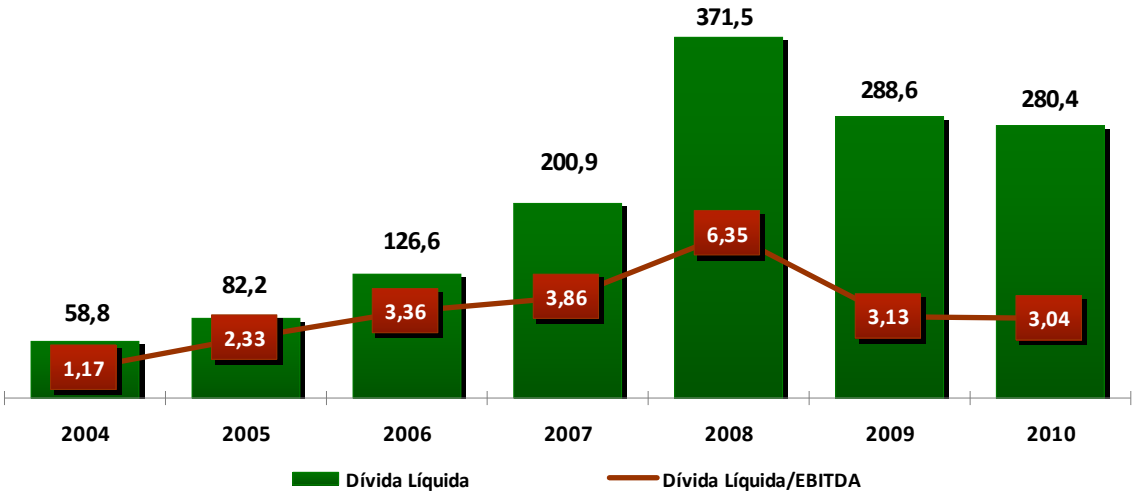
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

permite avaliar de forma mais precisa o valor de mercado das florestas da Companhia, conferindo mais precisão e adequação às suas Demonstrações Financeiras.

Resultado Líquido

No 4T10 o resultado líquido da Companhia foi apurado em R$ 2.331 mil negativos, comparativamente aos R$ 25.147 mil positivos registrados no trimestre anterior e R$ 3.737 mil positivos registrados no 4T09.
O Resultado Líquido, em 2010, foi de R$ 34.360 mil positivos, apresentando um incremento de 56,5% em relação a 2009.

Endividamento Líquido



valores em R$ milhões

A evolução da Dívida Líquida / EBITDA tem seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos financiamentos dos investimentos realizados no Projeto Superação (R$ 160,8 milhões). A partir de 2009 começou a ocorrer à captura dos benefícios do Projeto e liquidação da dívida, sendo que a relação Dívida Líquida / EBITDA baixou de 6,35x em 2008 para 3,13 x em 2009 e fechando 2010 em 3,04x. Em 2010 o índice refletiu os bons resultados do ano e segue em tendência de queda.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

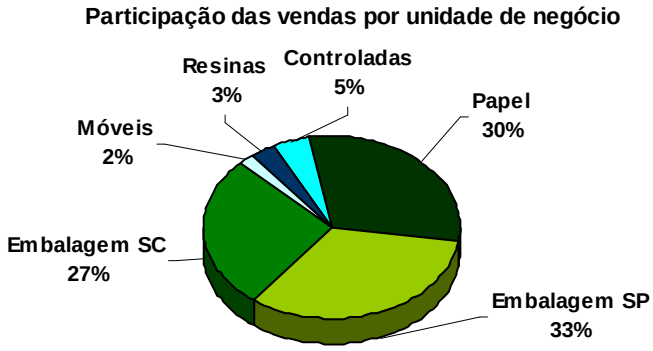
DESEMPENHO OPERACIONAL

A distribuição da Receita Operacional Líquida Consolidada em 2010 foi a seguinte:

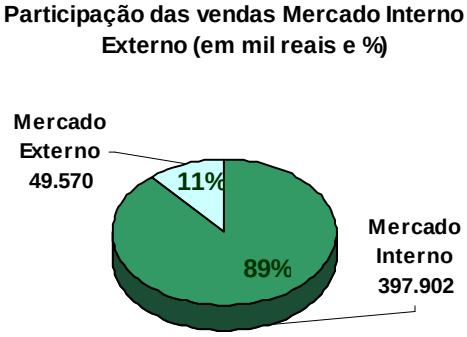


Vendas

A distribuição das vendas teve a seguinte participação, no ano de 2010:



A composição da Receita Operacional Líquida por mercado está distribuída da seguinte forma em 2010:



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A Celulose Irani S.A. é composta de quatro Segmentos. Os Segmentos estão organizados de acordo com o mercado em que atuam, são independentes em suas operações e integrados de modo harmônico, buscando otimizar o uso das florestas plantadas de pinus, através do seu multiuso, e da verticalização dos negócios. O segmento de Móveis, agora um canal eletrônico de vendas direto ao consumidor final, é uma exceção, mas que compartilha o mesmo posicionamento de mercado de produtos sustentáveis.

Segmento Papel, situada em Vargem Bonita - SC, tem por finalidade a produção de papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e de papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO (papelão ondulado) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, sendo uma em Vargem Bonita – SC e outra em Indaiatuba – SP. A fábrica de Indaiatuba foi inaugurada em 02 de Junho de 2008 e os recursos utilizados foram provenientes do Projeto Superação.

Segmento Florestal RS e Resinas industrializa produtos de base florestal no Rio Grande do Sul, buscando otimizar a exploração das florestas plantadas de pinus. A partir da resina natural, a unidade de negócio denominada Resinas, localizada em Balneário Pinhal - RS, produz breu e terebintina para a confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, dentre outros, destinados principalmente ao mercado externo.

Segmento Móveis comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira (www.meumoveldemadeira.com.br). O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

Controladas

Além destes segmentos, a Celulose Irani S.A. conta com as controladas:

- Irani Trading S.A. que operacionaliza todas as operações de exportação da empresa e atua na área imobiliária na administração e locação de imóveis;
- Habitasul Florestal S.A., com base florestal de 8,4 mil hectares de florestas de Pinus, fornecedora de resina para a unidade Resinas da Celulose Irani S.A. e também fornecedora de madeira para clientes da região;
- Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., que atende a demanda do mercado nacional com venda direta ao consumidor final por meio do site www.meumoveldemadeira.com.br.

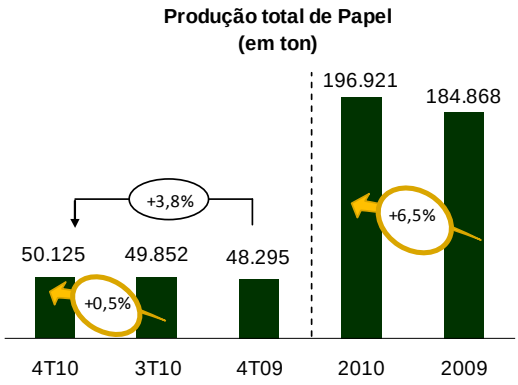
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

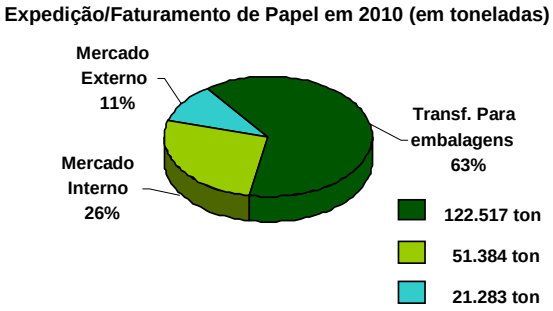
Em 2009, foi adquirida uma nova subsidiária, HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda, que tem como objetivo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica e encontra-se em fase pré-operacional.

Segmento Papel

A Celulose Irani S.A. teve uma participação de aproximadamente 4,6% na produção nacional de Papel para Embalagem em 2010 (incluindo transferências) segundo dados da Bracelpa - Associação Brasileira de Papel e Celulose. A Divisão Papel conta com quatro máquinas, sendo que uma delas utiliza Aparas como base para a sua produção. As demais máquinas, por sua vez, utilizam fundamentalmente celulose Kraft de produção própria.
A produção de papel no 4T10 teve incremento de 3,8% e 0,5%, com relação ao 4T09 e 3T10, respectivamente. No ano a produção apresentou aumento de 6,5%, passando de 184.868 ton em 2009 para 196.921 ton em 2010. Neste ano foram expedidas 195.184 ton frente às 186.987 ton de 2009.

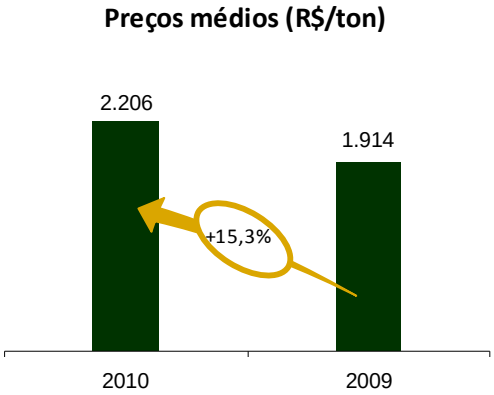
A produção e destinação dos papéis produzidos em instalações próprias tiveram a seguinte composição em 2010:





Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Em 2010 os preços de papel tiveram incremento de 15,3%, em relação ao final de 2009, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Na área florestal continuaram os investimentos em reflorestamento que asseguram o suprimento futuro de madeira para fábrica de papel e celulose. Foram plantados em 2010, em áreas próprias da empresa, 989 ha de Florestas de pinus para utilização como madeira para o processo de celulose, e 220 ha de Florestas de Eucaliptos para utilização como biomassa (geração de energia). A produção de madeira própria em 2010 foi de aproximadamente 376 mil toneladas de madeira de pinus para celulose e eucalipto para energia, sendo ainda produzidas e vendidas ao mercado cerca de 45 mil toneladas de toras.

Segmento Embalagem PO (papelão ondulado)

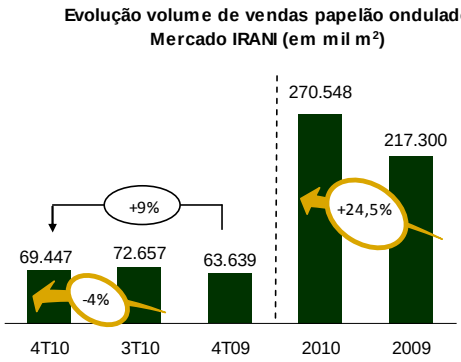
O Segmento Embalagem apresentou aumento na sua participação no mercado nacional de embalagens. Em metros quadrados o market share em 2010 foi de 5,47%, de acordo com dados prévios de vendas da ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado. As vendas da IRANI apresentaram crescimento de 9% no 4T10 em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior e redução de 4% em relação ao 3T10. No acumulado do ano as vendas tiveram um incremento de 24,5% em relação a 2009, enquanto que o mercado cresceu 13% no mesmo período, segundo dados da ABPO.

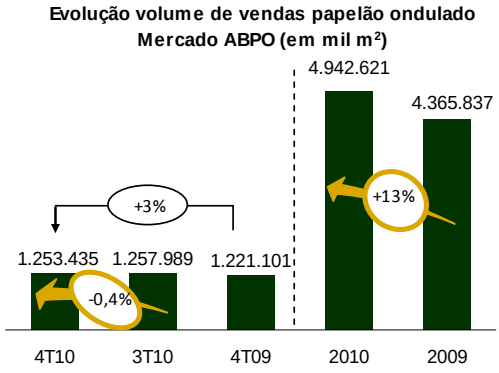
Já em toneladas, as vendas da IRANI apresentaram crescimento de 7% no 4T10 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e redução de 5% em relação ao 3T10. No acumulado do ano as vendas apresentaram uma evolução de 18% em relação a 2009, enquanto que o mercado teve um incremento de 12% no mesmo período, conforme dados da ABPO. Em toneladas, o market share de 2010, foi apurado em 4,85%.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

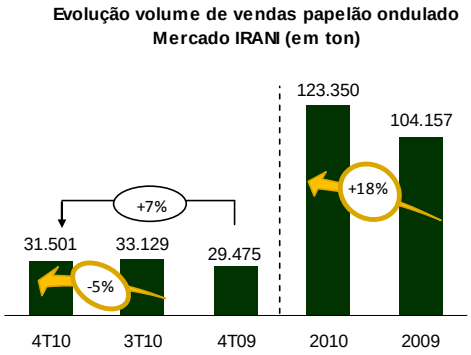
Evolução do Mercado

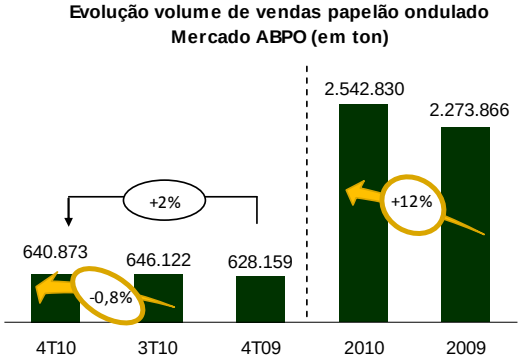
Comparativo ABPO[1] x IRANI (m²)





Comparativo ABPO[2] x IRANI (ton)

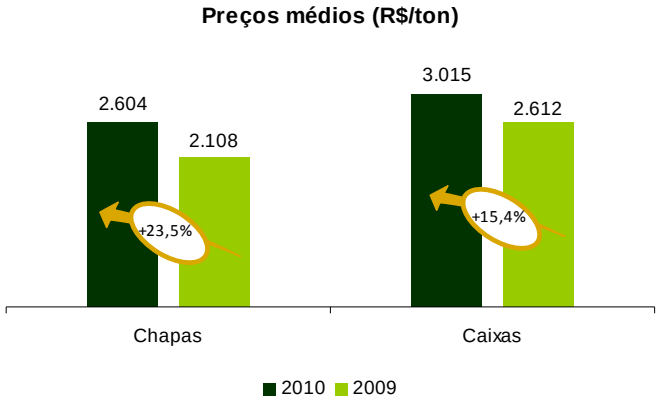




A comercialização de chapas e caixas de papelão ondulado seguiu os parâmetros do mercado nacional e a tendência de crescimento verificada durante o ano. Ao final de 2010, os preços médios das caixas de papelão ondulado (em R$/ton) tiveram aumento de 15,4% em relação aos praticados em dezembro de 2009 e os preços das chapas apresentaram um incremento de 23,5% em relação aos preços de 2009.

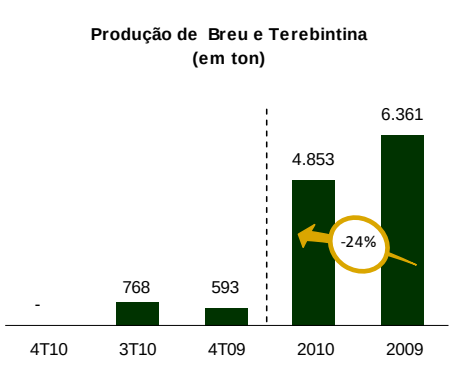
[1,2] Os dados do 4T10 da ABPO (em m² e ton) são prévias de fechamento. Pode haver pequenas alterações nos dados oficiais.

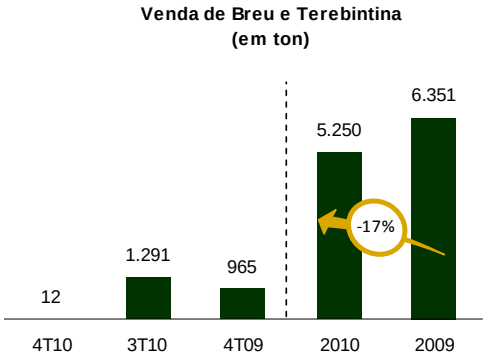
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



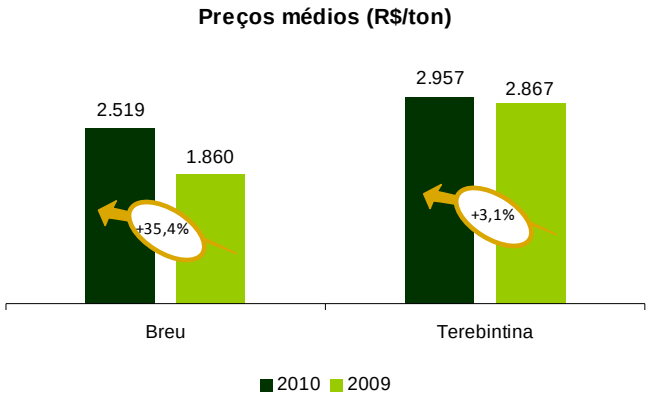
Segmento Florestal RS e Resinas

A Unidade Resinas, que tem sua produção direcionada ao mercado externo, apresentou redução nos volumes de produção e vendas em 2010 quando comparados a 2009, conforme demonstram os gráficos abaixo:





Por outro lado os preços médios líquido de impostos de Breu e Terebintina tiveram incremento em 2010 em relação ao final de 2009, conforme demonstrado no gráfico:



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Segmento Móveis

As atividades de fabricação de móveis localizadas na unidade própria de Rio Negrinho/SC foram encerradas em outubro de 2010. Entretanto, a Companhia mantém sua estratégia de venda de móveis para o mercado interno por meio de sua subsidiária Meu Móvel de Madeira, atendendo a todo o país através do site www.meumoveldemadeira.com.br.

SUSTENTABILIDADE

"Equilibrar aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo a não comprometer o desenvolvimento das gerações futuras, com ética, transparência e envolvimento de todas as partes interessadas, buscando maior competitividade para os negócios". Este é o conceito de Sustentabilidade pelo qual a empresa baliza suas atividades e desenvolve seus projetos.

Visando contribuir com a construção de uma sociedade mais desenvolvida, apóia as comunidades com as quais se relaciona diretamente, e estabelece parcerias com entidades sólidas, que atuam no desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de buscar a sustentabilidade do seu negócio, investindo fortemente em tecnologias e projetos que beneficiam o meio ambiente.

A Celulose Irani, comprometida com o desenvolvimento sustentável, emite anualmente e de forma voluntária o **Relatório de Sustentabilidade**. Este é um documento através do qual, a empresa mede, informa e presta contas às partes interessadas sobre o desempenho organizacional. A transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais torna-se um componente fundamental nas relações com os *stakeholders* e com o mercado em geral. A metodologia adotada segue as diretrizes do GRI – *Global Reporting Initiative*. O Relatório de Sustentabilidade de 2009 alcançou o nível de aplicação **A+** do GRI e a **3° posição** no Ranking TOP 10 da pesquisa "Rumo à Credibilidade 2010" feita pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e pela SustainAbility que avalia a qualidade dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas brasileiras (www.fbds.org.br). O Relatório de Sustentabilidade da IRANI pode ser acessado em www.irani.com.br.

Destaques e Reconhecimentos em 2010

A Empresa teve diversos reconhecimentos sociais, ambientais e de mercado, reflexo das ações e projetos desenvolvidos ao longo do ano.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



- Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC – Categorias Preservação Ambiental
- Prêmio Expressão de Ecologia – Categoria Recuperação de Áreas Degradadas
- Prêmio Benchmarking Ambiental Brasileiro – Realização Mais Projetos
- As 500 Melhores da Dinheiro – Realização Revista Isto é Dinheiro
- Prêmio Fiema 2010 – Categoria Tecnologia Ambiental
- 5° Prêmio Brasil de Meio Ambiente – Categoria melhor trabalho em ar 2010
- Top 10 em Relatórios de Sustentabilidade – 3° lugar em pesquisa realizada pela FBDS e SustainAbility
- Finalista Pulp and Paper Awards (PPI 2010)
- Campeãs da Inovação – Realização Revista Amanhã

Gestão do Desempenho Ambiental

Conservar e preservar o meio ambiente são responsabilidades da Celulose Irani. Por esse motivo, a Empresa identifica, analisa, desenvolve e investe em ações que permitem minimizar os impactos ambientais causados por suas atividades produtivas, atuando sempre em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Como destaques na área ambiental estão os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Usina de Co-geração e do Tratamento de Efluentes e o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2010, a IRANI foi finalista do Prêmio *Pulp & Paper International* participando na Categoria "Estratégia Ambiental do Ano". O prêmio tem objetivo de reconhecer a liderança, visão, inovação e realizações estratégias na indústria de papel e celulose no mundo e premia os resultados das empresas, fábricas e indivíduos do setor.

Além de investir em tecnologias para preservar o meio ambiente, a IRANI, com o objetivo de conscientizar os colaboradores e os moradores das cidades de entorno, apóia e incentiva projetos no âmbito de educação ambiental. Por meio desses projetos, a Empresa dissemina a cultura de preservação e conservação do meio ambiente e procura fortalecer o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável.

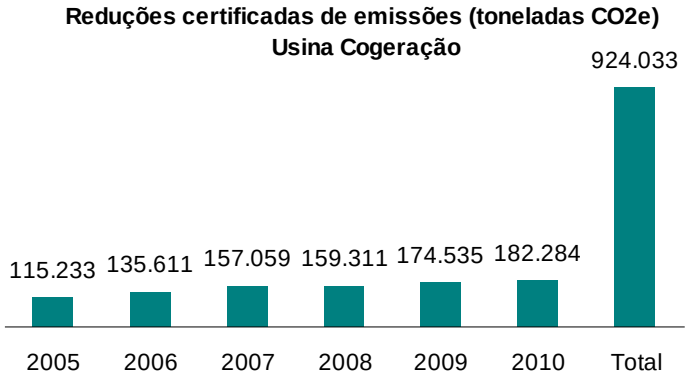
Indicadores de Desempenho Ambiental

As reduções de emissões de gases de efeito estufa, na IRANI, se concretizaram com o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) de pequena escala. Com o intuito de direcionar atividades com responsabilidade socioambiental a empresa implantou a Usina de Co-geração, em 2005, e modernizou a Estação de Tratamento de efluentes, em 2008, projetos que permitiram a geração de créditos de carbono pelo Protocolo de Kyoto. A Empresa reconheceu em 2010 redução de custos com geração de créditos de carbono equivalente a R$ 2,6 milhões, já líquidos das despesas de intermediação da venda desses créditos.

MDL – Usina de Co-geração

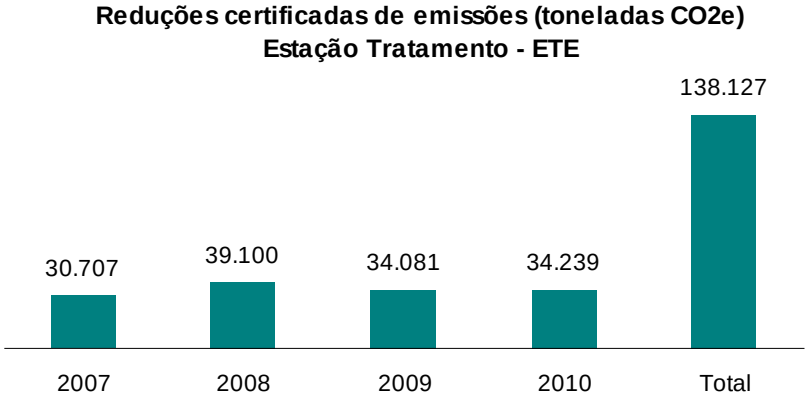
A instalação da Usina de Cogeração, na Unidade Papel, permitiu desenvolver um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo voltado à comercialização de créditos de carbono, registrado na Organização das Nações Unidas (ONU) como "*Irani Biomass Electricity Generation Project*", que foi aprovado em 2006 e está disponível no *site* <http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1146170596.51/view>.
O projeto proporciona diminuir emissões de GEE, uma vez que os insumos usados para queima no processo são procedentes de resíduos de base florestal (biomassa), substituindo o uso de recursos naturais não renováveis. Entre 2005 e 2010 as Reduções Certificadas de Emissões obtidas totalizaram 924.033 toneladas de CO_2e.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



MDL – Modernização da Estação de Tratamento de efluentes

Da mesma forma, a modernização da Estação de Tratamento de Efluentes, na Unidade Papel, está registrada na ONU como "*Irani Wastewater Methane Avoidance Project*", foi aprovado em 2008 e está disponível no *site* <http://cdm.unfccc.int/Projects/DB/DNV-CUK1194334826.24/view>.
O projeto possibilita redução de emissões de GEE com a substituição da degradação anaeróbia (sem oxigênio) pela degradação aeróbia (com oxigênio) da matéria orgânica. Entre 2007 e 2010 as Reduções Certificadas de Emissões obtidas totalizaram 138.127 toneladas de CO_2e.



Em tecnologias limpas, projetos e ações voltados à proteção do meio-ambiente a empresa investiu em 2010 o valor de R$ 1,3 milhão.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

INVENTÁRIO DE GEE (Gases de Efeito Estufa)

Anualmente a Celulose Irani realiza a verificação do inventário de GEE através de organismo certificador. A auditoria é realizada de acordo com a NBR ISO 14064:2006. Durante os anos de 2006 a 2010 foi constatado que a IRANI é **carbono positivo** ou **carbono neutro por natureza**, ou seja, remove mais GEE da atmosfera do que emite. No mês de **março de 2011,** a Companhia passará novamente por auditoria para certificação do inventário correspondente ao ano de 2010.

A partir da verificação do Inventário por organismos externos, a Companhia objetiva obter uma declaração independente sobre a qualidade do inventário, para assegurar aos usuários do documento mais confiabilidade dos resultados de suas emissões. A remoção de carbono na IRANI ocorre em função do grande volume de florestas plantadas. Como benefício aos clientes da Empresa e à sociedade como um todo, para cada tonelada de papel produzido são sequestradas 3,20 toneladas de CO_2e.

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, além de orientar ações de redução de impactos ambientais, procura identificar oportunidades de novos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), aumenta a transparência em sustentabilidade ambiental da IRANI; fortalece a confiança dos investidores; auxilia na identificação de riscos e facilita o plano de gestão ambiental da Empresa. Com o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a IRANI se tornou a primeira empresa brasileira a obter o certificado pela norma internacional ISO 14.064 (2006) relacionada à quantificação e à verificação de GEE.

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

Desenvolvimento Humano

O ano de 2010 encerrou com um quadro efetivo de 1.687 colaboradores diretos e 769 prestadores de serviços. Comprometida com a melhoria do clima organizacional interno, a empresa investe em capacitação dos colaboradores, benefícios, saúde, segurança e qualidade de vida, além de priorizar a comunicação direta entre lideranças e equipes, visando sempre a Gestão Participativa e valorizando a diversidade dos seus colaboradores.

Em 2010 foram investidos R$ 8.852 mil em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde, R$ 761 mil em capacitação e aprimoramento pessoal e R$ 2.651 mil no programa de participação nos resultados – PPR.

A Companhia mantém três programas estruturais de desenvolvimento de pessoas, alinhados a sua Missão e Visão: Programa Cresce, Programa Motiva e Programa Supera. O Programa Cresce, que engloba um conjunto de capacitações e treinamentos, busca desenvolver as pessoas nas competências organizacionais e individuais. O Programa Motiva busca promover a gestão do clima organizacional, estabelecendo um ambiente de trabalho

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

harmônico, motivador e desafiador. E o Programa Supera busca avaliar o desempenho de cada um dos colaboradores da IRANI e atribuir uma remuneração variável em função da performance de cada um. Com estes Programas a administração da IRANI entende que está zelando pela produção e fortalecimento do capital humano, indispensável à concretização dos planos da Companhia.

Sociedade

A empresa preocupa-se com o bem-estar dos moradores das comunidades onde atua, e contribui para a diminuição das desigualdades sociais. Como parte de suas ações em benefício da sociedade, a empresa incentiva e patrocina projetos educacionais, culturais e esportivos visando sempre a continuidade das ações e o auto-desenvolvimento dos públicos. Dentre os projetos desenvolvidos destacam-se o Projeto Atleta do Futuro (PAF), em parceria com o SESI/SC e o Broto do Galho, em parceria com o SEBRAE/SC e a Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, o Programa Jovem Aprendiz, parceria com a Associação Junior Achievement, Jornal Conversa Aberta (destinado a comunidade de Campina da Alegria/SC), entre outros.

Para estes projetos, outras doações e patrocínios sociais foram destinados um total de R$ 224 mil em 2010.

INVESTIMENTOS

A Cia mantém sua estratégia de investir na modernização e automação dos seus processos produtivos. Os investimentos realizados contabilmente em 2010 somaram R$ 20.882 mil, assim distribuídos:

Prédios e Construções	R$ 178 mil
Equipamentos e Instalações	R$ 15.757 mil
Bens em arrendamento mercantil	R$ 984 mil
Florestamento e Reflorestamento	R$ 3.963 mil
Total	**R$ 20.882 mil**

Os investimentos deste ano foram direcionados basicamente para manter e modernizar as fábricas e operações industriais, com objetivo de melhorar os processos, a produtividade e os produtos fornecidos pela Celulose Irani S.A.. Os grandes investimentos foram realizados em 2007 e 2008 através do Projeto Superação que ampliou e modernizou as fábricas de Papel e Embalagem.

MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Irani é representado por 8.104.500 de ações, sendo 7.463.987 (92%) ordinárias e 640.513 (8%) preferenciais.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Recompra de ações de emissão própria

O Conselho de Administração aprovou em 24.11.2010 um programa de recompra de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação. Foi autorizada a aquisição de até 62.356 ações ordinárias e de até 18.646 ações preferenciais, representando 10% de cada espécie de ações em circulação no mercado (data-base 30.09.2010). Este programa é válido por 365 dias ou até 23 de novembro de 2011. Até 31.12.2010, a Companhia comprou 7.900 ações ordinárias e 1.200 ações preferenciais, encerrando o ano com 13.502 ações ordinárias e 1.200 ações preferenciais de sua própria emissão em tesouraria.

Dividendos

A Administração da Companhia está propondo para aprovação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2010, no valor de R$ 9.730 mil, correspondentes a R$ 1,32 por ação preferencial e R$ 1,20 por ação ordinária. Sobre estes valores não haverá incidência de Imposto de Renda.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

No ano de 2010 ocorreram por parte dos nossos Auditores Independentes prestações de serviços de consultoria para elaboração do diagnóstico para a implantação do IFRS – *International Financial Reporting Standards,* e para adoção dos Pronunciamentos dos CPCs. Este trabalho teve início em 2008 e continuou durante 2009 e 2010.

PERSPECTIVAS

As expectativas são de um crescimento mais moderado para o ano de 2011. O risco de inflação neste início de ano tem levado a autoridade monetária a elevar a taxa básica de juros que impacta negativamente na economia brasileira e nos negócios da Companhia. Espera-se, no entanto, que estas medidas tenham efeitos no curto prazo e permanece uma visão positiva para o longo prazo. O aumento da massa salarial dos brasileiros tem impacto relevante no consumo e, por consequencia, no segmento de Embalagens. Desta forma, acreditamos que 2011 possa ser um ano de ajuste para uma sequencia de crescimento sustentado nos anos seguintes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a cada um dos nossos colaboradores pelo empenho neste período evidenciado pelos resultados superiores, aos nossos acionistas pela confiança, e aos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e parceria, indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento da Celulose Irani S.A. durante o ano de 2010.

Porto Alegre, março de 2011.

A DIRETORIA.

Notas Explicativas

CELULOSE IRANI S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. ("Companhia") está listada na bolsa de valores de São Paulo e tem sede na cidade de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa n°4.

Em 2010, a Administração da Companhia decidiu descontinuar as operações de móveis, conforme descrito na nota explicativa n°35.

Também em 2010 observou-se uma melhora nas atividades operacionais em função da captura dos benefícios do projeto de investimento (Projeto Superação) implementado em 2007/2008 e pelas melhores condições de mercado. Neste mesmo ano foi reestruturada a dívida da Companhia com uma emissão de debêntures em 12 de abril de 2010 no montante de R$ 100.000 e prazo de 5 anos, e uma emissão de CRI – certificados de recebíveis imobiliários em 03 de agosto de 2010 no montante de R$ 40.833 e prazo de 3 anos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, sendo estas as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pela Companhia, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas quanto a avaliação de

Notas Explicativas

investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 5.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A

Notas Explicativas

provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de

Notas Explicativas

benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pínus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pínus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda em cada trimestre, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

São provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Notas Explicativas

k) Empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

m) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 15.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

Notas Explicativas

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Notas Explicativas

r) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

s) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

t) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1° de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes.

Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- **IFRS 9, "Instrumentos Financeiros"**, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1° de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está em processo de avaliação dos possíveis impactos da adoção desse pronunciamento nas demonstrações financeiras.

- **IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas"**, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1° de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

  A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia

Notas Explicativas

está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- **"Classificação das Emissões de Direitos" (alteração ao IAS 32)**, emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1° de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia não possui operações que estejam sujeitas a essas modificações.

- **IFRIC 14, "Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos"**. O IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **IFRS 7, "Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros"**. O IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das demonstrações financeiras avaliar o risco de exposição relativo à transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- **Melhoria anual das IFRS de maio de 2010.** Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS3, IFRS7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. As alterações das normas IFRS 3, IFRS 7 e IAS 27 são efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2011. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação destas normas e interpretação em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	2010	2009
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,77
HGE - Geração de Energia Sustentável	99,98	99,98

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa n° 14.

5. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia seguiu as premissas definidas no CPC 37 – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

A Companhia adotou as seguintes exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos:

Com base no CPC 37 (equivalente ao IFRS 1), é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos , conforme permitido pelo CPC 37 (equivalente ao IFRS 1 na data de transição):

(i) Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por remensurar seu ativo imobilizado a valor justo (deemed cost) na data de transição para a classe de terras, edificações e máquinas, e optou por manter as demais classes de ativos que compõe os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição;

(ii) Combinações de negócios: a Companhia optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos;

(iii) Planos de benefícios a empregados: a Companhia não possui planos de benefícios a empregados;

Notas Explicativas

(iv) Adoção inicial em controladas e empreendimentos em conjunto: a Companhia não possui empreendimentos em conjunto e adotou para suas controladas os novos pronunciamentos na mesma data de sua transição;

(v) Contabilização de pagamentos baseados em ações: a Companhia não possui operações de pagamentos baseados em ações na data de transição;

(vi) Contratos de concessão e contratos de seguros: a Companhia não possui contratos de concessão de serviços públicos, nem contratos de seguros que se enquadrem no escopo da isenção, na data de transição;

(vii) Ajuste de estimativas: com exceção da revisão da vida útil dos ativos imobilizados (nota explicativa 15) a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente na data de transição.

O quadro abaixo detalha os principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, em relação às práticas contábeis adotadas anteriormente no balanço patrimonial e patrimônio líquido da Companhia, individual e consolidado, em 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, além da demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

CELULOSE IRANI S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS DE ABERTURA - 01.01.2009
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Referência	Controladora			Consolidado		
		1/1/2009	Ajustes	Ajustado	1/1/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		1.226	-	1.226	1.370	-	1.370
Contas a receber de clientes	g)	48.496	4.831	53.327	49.364	4.831	54.195
Estoques		33.571	-	33.571	35.616	-	35.616
Impostos a recuperar		12.273	-	12.273	12.789	-	12.789
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	2.884	(2.884)	-	2.884	(2.884)	
Dividendos a receber		2.541	-	2.541	-	-	-
Bancos conta vinculada		3.340	-	3.340	3.340	-	3.340
Outras contas a receber		9.273	-	9.273	9.551	-	9.551
		113.604	1.947	115.551	114.914	1.947	116.861
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Impostos a recuperar		8.111	-	8.111	8.169	-	8.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	42.288	560	42.848	42.288	560	42.848
Depósitos judiciais	b)	-	7.210	7.210	-	7.210	7.210
Outras contas a receber		-	-	-	242	-	242
Créditos com pessoas ligadas		3.676	-	3.676	-	-	-
Investimentos	c), d), e)	30.512	77.739	108.251	-	-	-
Imobilizado	c), d), e)	299.537	396.526	696.063	317.078	427.055	744.133
Ativos biológicos	c)	41.892	116.165	158.057	45.754	175.588	221.342
Intangível	e)	33.543	(33.543)	-	33.543	(33.543)	-
Diferido	f)	1.552	(1.552)	-	1.552	(1.552)	-
		461.111	563.105	1.024.216	448.626	575.318	1.023.944
TOTAL DO ATIVO		574.715	565.052	1.139.767	563.540	577.265	1.140.805

Notas Explicativas

CELULOSE IRANI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DE ABERTURA - 01.01.2009

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência	Controladora			Consolidado		
		1/1/2009	Ajustes	Ajustado	1/1/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	g)	112.690	4.831	117.521	112.990	4.831	117.821
Fornecedores		41.427	-	41.427	41.482	-	41.482
Obrigações sociais e previdenciárias		6.588	-	6.588	6.974	-	6.974
Obrigações tributárias		6.149	-	6.149	6.434	-	6.434
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		4.777	-	4.777	4.777	-	4.777
Parcelamentos tributários		3.763	-	3.763	3.880	-	3.880
Adiantamento de clientes		1.310	-	1.310	1.626	-	1.626
Partes relacionadas		6.968	-	6.968	6.968	-	6.968
Dividendos a pagar		32	-	32	32	-	32
Outras contas a pagar		5.274	-	5.274	5.203	-	5.203
		188.978	4.831	193.809	190.366	4.831	195.197
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos		255.063	-	255.063	255.063	-	255.063
Partes relacionadas		14.713	-	14.713	1.161	-	1.161
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	b)	52.132	7.210	59.342	52.387	7.210	59.597
Parcelamentos tributários		11.663	-	11.663	12.397	-	12.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a) d)	2.223	178.288	180.511	2.223	190.496	192.719
		335.794	185.498	521.292	323.231	197.706	520.937
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		63.381	-	63.381	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria		(44)	-	(44)	(44)	-	(44)
Reserva de reavaliação	a)	15.993	(3.970)	12.023	15.993	(3.970)	12.023
Reserva de lucros a realizar	c)	-	97.866	97.866	-	97.866	97.866
Ajustes de avaliação patrimonial	d)	-	281.851	281.851	-	281.851	281.851
Prejuizos acumulados		(29.387)	(1.024)	(30.411)	(29.387)	(1.024)	(30.411)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		49.943	374.723	424.666	49.943	374.723	424.666
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-	5	5
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		574.715	565.052	1.139.767	563.540	577.265	1.140.805

Notas Explicativas

CELULOSE IRANI S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31.12.2009

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Referência	Controladora			Consolidado		
		31/12/2009	Ajustes	Ajustado	31/12/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		2.913	-	2.913	3.025	-	3.025
Contas a receber de clientes		59.227	-	59.227	61.457	-	61.457
Estoques		31.761	-	31.761	32.659	-	32.659
Impostos a recuperar		6.755	-	6.755	6.775	-	6.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	576	(576)	-	576	(576)	-
Dividendos a receber		5.969	-	5.969	-	-	-
Bancos conta vinculada		12.202	-	12.202	12.202	-	12.202
Outras contas a receber		10.908	-	10.908	10.948	-	10.948
		130.311	(576)	129.735	127.642	(576)	127.066
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Impostos a recuperar		5.038	-	5.038	5.038	-	5.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	13.397	(1.879)	11.518	13.397	(1.879)	11.518
Depósitos judiciais	b)	-	7.570	7.570	-	7.570	7.570
Outras contas a receber		1.434	-	1.434	1.663	-	1.663
Créditos com pessoas ligadas		2.730	-	2.730	-	-	-
Investimentos	c), d), e)	73.446	105.957	179.403	458	-	458
Imobilizado	c), d), e)	238.821	331.461	570.282	294.189	415.220	709.409
Ativos biológicos	c)	39.246	104.635	143.881	42.816	156.927	199.743
Intangível	e)	33.543	(33.543)	-	33.543	(33.543)	
Diferido	f)	1.163	(1.163)	-	1.163	(1.163)	
		408.818	513.038	921.856	392.267	543.132	935.399
TOTAL DO ATIVO		539.129	512.462	1.051.591	519.909	542.556	1.062.465

Notas Explicativas

CELULOSE IRANI S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31.12.2009
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência	Controladora			Consolidado		
		31/12/2009	Ajustes	Ajustado	31/12/2009	Ajustes	Ajustado
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		134.775	-	134.775	134.775	-	134.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	e)	7.423	(7.423)	-	7.423	(7.423)	-
Fornecedores		37.196	-	37.196	37.352	-	37.352
Obrigações sociais e previdenciárias		7.144	-	7.144	7.184	-	7.184
Obrigações tributárias		7.309	-	7.309	7.826	-	7.826
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		1.038	-	1.038	1.038	-	1.038
Parcelamentos tributários		3.485	-	3.485	3.620	-	3.620
Adiantamento de clientes		569	-	569	1.547	-	1.547
Partes relacionadas		306	-	306	306	-	306
Dividendos a pagar		3.872	-	3.872	3.872	-	3.872
Outras contas a pagar		11.733	-	11.733	7.485	-	7.485
		214.850	(7.423)	207.427	212.428	(7.423)	205.005
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos		168.725	-	168.725	168.725	-	168.725
Partes relacionadas		17.755	-	17.755	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	b)	19.850	7.570	27.420	20.093	7.571	27.664
Parcelamentos tributários		13.581	-	13.581	14.292	-	14.292
Obrigações tributárias		588	-	588	588	-	588
Outras contas a pagar		1.048	-	1.048	1.048	-	1.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a) d)	13.107	159.227	172.334	13.107	189.315	202.422
		234.654	166.797	401.451	217.853	196.886	414.739
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		63.381	-	63.381	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria		(80)	-	(80)	(80)	-	(80)
Reserva de reavaliação	a)	14.379	(3.970)	10.409	14.379	(3.970)	10.409
Reserva legal		814	-	814	814	-	814
Reserva de lucros a realizar	c)	-	85.165	85.165	-	85.165	85.165
Ajustes de avaliação patrimonial	d)	-	274.479	274.479	-	274.479	274.479
Reserva de retenção de lucros		11.131	(2.586)	8.545	11.131	(2.586)	8.545
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		89.625	353.088	442.713	89.625	353.088	442.713
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	3	5	8
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		539.129	512.462	1.051.591	519.909	542.556	1.062.465

Não houveram impactos gerados nas demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em relação aos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

Notas Explicativas

a) CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro
Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais como ativos e passivos não circulantes, mesmo existindo a expectativa de utilização no curto prazo.

Os ajustes de adoção do custo atribuído e valor justo de ativos biológicos devem ser ajustados pelos efeitos tributários e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação
Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

c) CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior.

O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

A Companhia possui investimentos em controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. A adoção dos novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

d) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia optou por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos as terras, máquinas e

Notas Explicativas

edificações, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos.

As definições dos custos atribuídos das terras, máquinas e edificações da Companhia foram apuradas com base em avaliações efetuadas por empresa terceirizada especializada, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

e) ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

O saldo de ágio na aquisição de controladas adquiridas antes da data de transição, foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas nas demonstrações financeiras consolidadas.

f) CPC 13 – Adoção Inicial da Lei n° 11.638/07.

A Lei n° 11.638/07 restringiu lançamento de gastos no ativo diferido, sendo que os gastos ativados que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados no balanço de abertura na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados.

g) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

- Conciliação dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Demonstramos no quadro a seguir, a conciliação dos efeitos no Patrimônio Líquido e no Resultado, dos períodos de 01.01.2009 – Balanço de abertura, 31 de dezembro de 2009 e de 2010.

Notas Explicativas

Patrimônio Líquido	Controladora e Consolidado		
	Referência	01.01.09	31.12.09
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		49.943	89.625
Valor justos dos ativos biológicos	c)	139.192	120.983
IR/CSLL sobre valor justo dos ativos biológicos	a)	(41.326)	(35.819)
Custo atribuido ao imobilizado	d)	427.055	415.220
IR/CSLL sobre custo atribuido ao imobilizado	a)	(145.204)	(140.740)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	f)	(1.024)	(2.586)
Destinação dos ajustes para reserva legal			
Destinação dos ajustes para reserva de retenção de lucros			
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		374.723	353.088
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		424.666	442.713

Demonstrações dos Resultados	Controladora e Consolidado	
	Referência	2009
Lucro liquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		43.590
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	3.696
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(12.120)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d)	-
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	(21.685)
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	8.470
Destinação da participação dos administradores sobre os efeitos		-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		(21.639)
Lucro liquido de acordo com os novos pronunciamentos		21.951

A Companhia optou pela reapresentação dos ITRs de 2010, comparativamente com os de 2009 também de forma ajustada às normas de 2010, até a data da apresentação do primeiro ITR de 2011, conforme estabelecido pela Deliberação CVM 656 de 25 de janeiro de 2011.

Atendendo o Art.2° desta mesma Deliberação, a Companhia apresenta os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada um dos trimestres de 2010 e de 2009.

Estas informações Trimestrais - ITR, foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Notas Explicativas

Efeitos no Resultado

Demonstrações do Resultado		Consolidado			
	Referência	1T09	1T10	2T09	2T10
Lucro liquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		(609)	(2.066)	20.419	(4.117)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	175	14.545	1.019	14.457
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(2.667)	(2.865)	(3.337)	(3.197)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida util do imobilizado	d)	-	1.268	-	1.071
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	97	97	97	97
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	412	(3.943)	115	(3.803)
Destinação da participação dos administradores		-	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		(1.983)	9.102	(2.106)	8.625
Lucro liquido de acordo com os novos pronunciamentos		(2.592)	7.036	18.313	4.508

Demonstrações do Resultado		Consolidado			
	Referência	3T09	3T10	4T09	4T10
Lucro liquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		18.385	7.919	5.395	2.062
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	1.157	23.842	1.345	(2.106)
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(3.018)	(3.404)	(3.098)	(3.987)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida util do imobilizado	d)	-	928	-	840
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	(21.976)	97	97	(190)
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	7.945	(4.235)	(2)	4.446
Destinação da participação dos administradores				-	(3.396)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		(15.892)	17.228	(1.658)	(4.393)
Lucro liquido de acordo com os novos pronunciamentos		2.493	25.147	3.737	(2.331)

Notas Explicativas

Efeitos no Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	Referência	1T10	2T10	3T10	4T10
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		88.038	83.921	91.840	89.620
Valor justos dos ativos biológicos	c)	119.397	117.594	115.782	113.748
IR/CSLL sobre ativos biológicos	a)	(35.406)	(34.924)	(34.461)	(33.979)
Custo atribuido ao imobilizado	d)	415.103	414.925	414.622	414.033
IR/CSLL sobre custo atribuido	a)	(140.700)	(140.640)	(140.537)	(140.401)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970)	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Lucro acumulado no período		7.766	17.830	36.607	-
Reserva Legal					1.840
Reserva de retenção de lucros					26.225
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		362.190	370.815	388.043	377.496
Patrimonio liquido de acordo com os novos pronunciamentos		450.228	454.736	479.883	467.116

Patrimônio Líquido	Referência	1T09	2T09	3T09	4T09
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		49.334	69.753	88.101	89.625
Valor justos dos ativos biológicos	c)	137.179	135.080	122.951	120.983
IR/CSLL sobre ativos biológicos	a)	(40.749)	(40.240)	(36.302)	(35.819)
Custo atribuido ao imobilizado	d)	427.055	427.055	415.220	415.220
IR/CSLL sobre custo atribuido	a)	(145.204)	(145.204)	(140.741)	(140.740)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970)	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	f)	(1.570)	(2.084)	(2.413)	(2.586)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		372.741	370.637	354.745	353.088
Patrimonio liquido de acordo com os novos pronuniamentos		422.075	440.390	442.846	442.713

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa são representados conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Fundo fixo	17	16	48	21	20	52
Bancos	2.195	2.897	1.178	2.445	3.005	1318
Aplicações financeiras	36.979	-	-	37.896	-	
	39.191	2.913	1.226	40.362	3.025	1.370

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 100,5% do CDI.

Notas Explicativas

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contas a receber de:						
Clientes - mercado interno	77.572	59.724	50.465	82.357	63.258	52.386
Clientes - mercado externo	2.895	4.158	7.569	2.949	4.241	7.664
Controladas	2.132	671	474	-	-	-
	82.599	64.553	58.508	85.306	67.499	60.050
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.696)	(5.326)	(5.181)	(6.406)	(6.042)	(5.855)
	76.903	59.227	53.327	78.900	61.457	54.195

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
À vencer	73.687	54.522	47.117	75.644	55.979	47.852
Vencidos até 30 dias	2.113	2.863	5.379	2.203	3.612	5.550
Vencidos de 31 a 60 dias	524	849	305	563	1.000	309
Vencidos de 61 a 90 dias	288	136	96	288	139	97
Vencidos de 91 a 180 dias	48	72	161	48	78	164
Vencidos há mais de 180 dias	5.939	6.111	5.450	6.560	6.691	6.078
	82.599	64.553	58.508	85.306	67.499	60.050

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 50 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas a menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo no início do exercício	(5.326)	(5.181)	(6.042)	(5.855)
Provisões para perdas reconhecidas	(571)	(468)	(571)	(510)
Valores recuperados no exercício	201	323	207	323
Saldo no final do exercício	(5.696)	(5.326)	(6.406)	(6.042)

Parte dos recebíveis no valor aproximado de R$ 47.700, estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas Cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 18), e também Cessão fiduciária de 3 parcelas de aluguel da operação CRI (nota explicativa 23).

Notas Explicativas

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Produtos acabados	6.237	5.615	10.078	7.975	6.475	12.120
Materiais de produção	20.370	16.684	14.999	20.370	16.684	14.999
Materiais de consumo	10.340	9.333	7.744	10.340	9.333	7.744
Outros estoques	280	129	750	322	167	753
	37.227	31.761	33.571	39.007	32.659	35.616

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS sobre aquisição de imobilizado	5.286	8.150	12.024	5.298	8.169	12043
ICMS	888	984	1.004	888	984	1382
IPI	4.147	557	538	4.147	557	538
Imposto de renda	548	1.528	4.681	550	1.529	4.681
Contribuição social	152	559	1.719	153	559	1.719
Outros	15	15	418	15	15	595
	11.036	11.793	20.384	11.051	11.813	20.958
Parcela do circulante	8.635	6.755	12.273	8.650	6.775	12.789
Parcela do não circulante	2.401	5.038	8.111	2.401	5.038	8.169

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.
Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

Notas Explicativas

10. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Banco do Brasil - Nova York - a)	5.975	-	-
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	4.509	3.803	3.340
Alienação de Terras - c)	-	8.399	-
	10.484	12.202	3.340
Parcela do circulante	6.419	12.202	3.340
Parcela do não circulante	4.065	-	-

a) Banco do Brasil – Nova York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2011.

b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras equivalente a 17,2% do valor em reais, para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.

c) Alienação de Terras – representa o valor retido em conta vinculada até a certificação do georreferenciamento pelo INCRA de área de terras vendida no ano de 2009. O valor foi liberado em 12 de fevereiro de 2010.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Créditos de carbono	5.789	3.726	5.010	5.789	3.726	5010
Adiantamento a fornecedor	347	914	1.187	357	921	1311
Brasil Telecom S.A	-	-	820	-	-	820
Créditos de funcionários	833	619	776	835	619	834
Renegociação de clientes	3.625	3.092	624	3.656	3.123	655
Despesas antecipadas	2.296	2.119	591	2.298	2.119	591
Outros créditos	520	1.872	265	628	2.103	572
	13.410	12.342	9.273	13.563	12.611	9.793
Parcela do circulante	8.319	10.908	9.273	8.445	10.948	9.551
Parcela do não circulante	5.091	1.434	-	5.118	1.663	242

Notas Explicativas

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de divida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da divida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

12. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização foram acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Esta operação não apresentava passivos em 31 de dezembro de 2010.

Ativos de operação descontinuada

	2010
Estoques	530
Imobilizado	6.560
Ativos de operação descontinuada	7.090

Notas Explicativas

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda diferido ativo						
Sobre provisões temporárias	9.203	6.159	13.423	9.206	6.159	13.423
Sobre prejuízo fiscal	1.272	2.308	18.082	1.272	2.308	18.082
Contribuição social diferida ativa						
Sobre provisões temporárias	3.316	2.220	4.833	3.316	2.220	4.833
Sobre base de cálculo negativa	458	831	6.510	458	831	6.510
	14.249	11.518	42.848	14.252	11.518	42.848

A Administração reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Valor R$
2011	4.067
2012	2.021
2013	1.768
2014	6.393
	14.249

Notas Explicativas

14. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2008 - Apresentado	27.356	3.156	-	-	30.512
Custo atribuído de imobilizado	20.147	-	-		20.147
Valor justo do ativo biológico	57.592	-	-		57.592
Em 01 de Janeiro de 2009 - Ajustado	105.095	3.156	-	-	108.251
Aquisição de investimento	-	-	-	9	9
Aumento de capital	1.488	38.173	-	4.000	43.661
Resultado da equivalência patrimonial	(787)	(412)	-	(480)	(1.679)
Dividendos propostos	(5.969)	-	-	-	(5.969)
Custo atribuído de imobilizado	-	35.130	-	-	35.130
Em 31 de dezembro de 2009	99.827	76.047	-	3.529	179.403
Aumento de capital	-	-	1.467	-	1.467
Resultado da equivalência patrimonial	28.150	11.776	43	-	39.969
Dividendos propostos	(8.018)	(2.772)	-	-	(10.790)
Em 31 de dezembro de 2010	119.959	85.051	1.510	3.529	210.049
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	
Patrimônio líquido	119.959	85.063	1.507	3.530	
Resultado do exercício	28.150	11.779	43	-	
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,93	99,98	

A controlada Habitasul Florestal S.A. realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pínus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A. realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações LTDA. realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos.

Notas Explicativas

15. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31.12.10			31.12.2009	01.01.2009
Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	123.894	-	123.894	124.053	138.127
Prédios e construções	34.561	(6.425)	28.136	31.351	112.718
Equipamentos e instalações	505.597	(161.562)	344.035	363.851	370.269
Veículos e tratores	1.903	(1.389)	513	412	533
Outras imobilizações*	12.010	(7.253)	4.757	5.166	6.195
Imobilizações em andamento	5.216	-	5.216	3.291	27.256
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.740	-	6.740	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	26.905	(9.160)	17.745	19.951	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.392)	14.669	15.311	15.954
	732.886	(187.181)	545.705	570.282	696.063

	31.12.10			31.12.2009	01.01.2009
Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	169.014	-	169.014	169.184	182.240
Prédios e construções	146.250	(27.626)	118.624	124.100	114.886
Equipamentos e instalações	505.698	(161.583)	344.115	363.957	370.675
Veículos e tratores	2.001	(1.398)	603	416	537
Outras imobilizações*	12.496	(7.420)	5.076	5.523	6.195
Imobilizações em andamento	7.736	-	7.736	4.071	28.635
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.741	-	6.741	6.896	2.365
Bens contratados em leasing financeiro	26.905	(9.160)	17.745	19.951	22.646
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.392)	14.669	15.311	15.954
	892.902	(208.578)	684.323	709.409	744.133

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, softwares e equipamentos de informática.

Síntese da movimentação do imobilizado em 2010 e 2009:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.09	2010	2009	01.01.09
Saldo inicial	570.282	696.063	299.533	709.409	744.133	317.078
Adições	19.926	19.857	-	20.882	20.297	-
Baixas	(12.085)	(18.372)	-	(12.587)	(18.779)	-
Transferência para capitalização	-	-		-	-	
em controlada	-	(91.406)	-	-	-	
Custo atribuido	-	-	396.530	-	-	427.055
Depreciação	(32.418)	(35.860)	-	(33.381)	(36.242)	-
Saldo final	545.705	570.282	696.063	684.323	709.409	744.133

Notas Explicativas

b) Método de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de prédios e construções, máquinas e equipamentos. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio de empresa terceirizada especializada no assunto.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 01 de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa reavaliada utilizada e partir de 2010 está apresentada pela média ponderada.

	Taxa 2009 %	Taxa reavaliada %
Prédios e construções *	4	2,25
Equipamentos e instalações **	10 a 20	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	4 a 25	5,71
Veículos e tratores	20	20

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

A alteração nas taxas do calculo da depreciação foi tratada como uma mudança de estimativa e seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva.

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos na Unidade Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Em 31 de dezembro de 2010, os compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade da Fazenda São Clemente sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

Notas Explicativas

c) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado das seguintes classes de ativos:

	Em 1º de janeiro de 2010					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Terrenos	13.220	111.716	124.936	28.164	142.241	170.405
Prédios e construções	407	21.835	22.242	38.038	74.186	112.224
Equipamentos e instalações	180.341	198.793	379.134	180.341	198.793	379.134
	193.968	332.344	526.312	246.543	415.220	661.763

Os relatórios gerados por especialistas datados de novembro de 2010, que tiveram como data base 01 de janeiro de 2010, foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, e sobre os ajustes do custo atribuído constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos. O patrimônio líquido foi aumentado em R$ 415.220 e R$ 332.344 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R$ 174.388 e R$ 186.527 em decorrência da adoção do custo atribuído, respectivamente no consolidado e na controladora.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de dezembro de 2010, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração.

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras.

Notas Explicativas

16. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Custo de formação dos ativos biológicos	40.789	39.246	41.892	44.003	42.816	45.754
Diferencial do valor justo	120.662	104.635	116.165	194.212	156.927	175.588
Ativo biológico a valor justo	161.451	143.881	158.057	238.215	199.743	221.342

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno obtido por investidores no mercado.

(iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria.

(iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R$/metro cúbico, considerados custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia,

Notas Explicativas

(vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período, comparado com a expectativa de produção de cada floresta;

(vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.09 - ajustado	158.057	221.342
Plantio	3.950	4.079
Exaustão	(7.603)	(14.798)
Alienação de florestas	(14.576)	(14.576)
Variação de valor justo	4.053	3.696
Saldo em 31.12.09 - ajustado	143.881	199.743
Plantio	3.737	3.970
Exaustão	(7.504)	(16.236)
Variação de valor justo	21.337	50.738
Saldo em 31.12.10 - ajustado	161.451	238.215

A exaustão dos ativos biológicos do período foi apropriada ao custo de produção.

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			Consolidado			
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	
Circulante							
Moeda nacional							
FINAME	10.252	12.947	16.623	10.252	12.947	16.623	a)
Capital de giro	63.308	50.301	34.844	63.308	50.301	35.144	b)
Leasing financeiro	602	1.572	1.412	602	1.572	1.412	c)
Duplicatas Descontadas / Vendor	-	-	4.831	-	-	4.831	
Total moeda nacional	74.162	64.820	57.710	74.162	64.820	58.010	
Moeda estrangeira							
Leasing financeiro	2.199	2.297	3.084	2.199	2.297	3.084	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	322	7.339	23.311	322	7.339	23.311	e)
Banco Votorantim	1.186	3.122	4.239	1.186	3.122	4.239	f)
Banco Itaú BBA	-	11.511	17.543	-	11.511	17.543	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	347	375	928	347	375	928	g)
Toronto Dominion Bank	310	324	434	310	324	434	h)
Banco Credit Suisse	16.824	34.273	4.133	16.824	34.273	4.133	i)
Banco C.I.T.	863	972	1.257	863	972	1.257	j)
Banco Santander (Brasil)	1.400	1.536	2.180	1.400	1.536	2.180	k)
Banco Santander	1.840	2.074	2.702	1.840	2.074	2.702	l)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	2.201	6.132	-	2.201	6.132	-	m)
Total moeda estrangeira	27.492	69.955	59.811	27.492	69.955	59.811	
Total do circulante	101.654	134.775	117.521	101.654	134.775	117.821	
Não Circulante			-				
Moeda nacional							
FINAME	15.066	25.807	31.656	15.066	25.807	31.656	a)
Capital de giro	5.174	37.900	32.832	5.174	37.900	32.832	b)
Leasing financeiro	694	419	1.752	694	419	1.752	c)
Total moeda nacional	20.934	64.126	66.240	20.934	64.126	66.240	
Moeda estrangeira							
Leasing financeiro	3.601	6.800	12.490	3.601	6.800	12.490	d)
Banco Votarantim	-	1.261	5.946	-	1.261	5.946	
Banco Itaú BBA	-	4.796	-	-	4.796	-	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	375	464	-	375	464	g)
Toronto Dominion Bank	155	485	1.086	155	485	1.086	h)
Banco Credit Suisse	63.090	77.115	148.240	63.090	77.115	148.240	i)
Banco C.I.T.	863	1.944	3.771	863	1.944	3.771	j)
Banco Santander (Brasil)	2.800	4.609	8.720	2.800	4.609	8.720	k)
Banco Santander	1.840	4.148	8.106	1.840	4.148	8.106	l)
Banco Santander Pré Pagto.de exportação	-	3.066	-		3.066	-	m)
Total moeda estrangeira	72.349	104.599	188.823	72.349	104.599	188.823	
Total do não circulante	93.283	168.725	255.063	93.283	168.725	255.063	
Total	**194.937**	**303.500**	**372.584**	**194.937**	**303.500**	**372.884**	

Vencimentos no longo prazo:	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
2010	-	-	97.082	-	-	97.082
2011	-	95.688	74.878	-	95.688	74.878
2012	22.441	54.326	66.005	22.441	54.326	66.005
2013	20.509	12.812	17.098	20.509	12.812	17.098
2014	24.547	896	-	24.547	896	-
2015	22.600	5.003	-	22.600	5.003	-
Acima	3.186	-	-	3.186	-	-
	93.283	168.725	255.063	93.283	168.725	255.063

Empréstimos em moeda nacional:

a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,73% a.a., com vencimento final em 2019.

b) Capital de Giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,57% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2012.

Notas Explicativas

c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 21,7% a.a. com vencimento final no início de 2014.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,37% a.a. para operações em dólar e de 4,89% a.a. para operações em Euro.

d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.

e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até fevereiro de 2011.

f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em junho de 2011.

g) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no segundo semestre de 2011.

h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.

i) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia. Em 30 de setembro de 2010 a Companhia renegociou os prazos e os valores de amortização das parcelas trimestrais, passando o vencimento final do contrato de 2013 para 2015.

j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.

k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.

l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.

m) Banco Santander P.P.E.- Pré pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

Garantias;

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e ativos biológicos (florestas), com valor aproximado de R$ 163.000.

Notas Explicativas

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia. Essas garantias tem valor aproximado de R$ 184.000.

Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

a) Margem de EBITDA igual ou maior a 11% em 2007 e 17% de 2008 a 2013;
b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6 vezes em 2007 e de 3 vezes de 2008 a 2013;
c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato;

Banco Credit Suisse

a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,50 vezes para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,25 vezes para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, (iii) 3,0 vezes para os trimestres findos em 30 de setembro ,31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012; 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; e 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,0 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010; 2,25 vezes para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e de 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2015;
c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2015. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

Notas Explicativas

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse e Banco Santander.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.
CDI – Certificado de depósito interbancário
EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.
ROL – Receita operacional líquida

18. DEBÊNTURES

a) A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R$ 100.000. As debêntures vencerão após abril de 2015 e serão amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de Setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 3.518 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	117
2012	845
2013	826
2014	836
2015	896
	3.518

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor aproximado de R$ 164.500, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R$ 20 milhões.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R$ 40 milhões.

Notas Explicativas

- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro , 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Notas Explicativas

b) A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	-
2012	-
2013	232
2014	588
2015	1.082
	1.902

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

	Controladora	Consolidado
	31.12.10	31.12.10
2011	12.788	12.788
2012	25.445	25.445
2013	25.617	25.617
2014	25.503	25.503
2015	53.076	11.559
	142.429	100.912
Parcela do circulante	12.788	12.788
Parcela do não circulante	129.641	88.124

19. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
CIRCULANTE	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Interno						
Materiais	32.114	28.721	25.858	32.695	28.077	25.909
Ativo imobilizado	291	658	1.956	291	658	1.956
Prestador de serviços	2.100	2.706	4.841	2.160	2.823	5.089
Transportadores	4.267	4.728	5.104	4.287	4.735	5.122
Partes relacionadas	1.390	126	263	(462)	802	-
Externo						
Materiais	661	257	3.405	661	257	3.406
	40.823	37.196	41.427	39.632	37.352	41.482

20. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Parcelamento REFIS INSS	580	1.141	1.269	674	1.226	1.354
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.409	1.374	1.580	1.418	1.407	1.580
Parcelamento ICMS	1.321	970	914	1.321	970	931
Parcelamento CSLL	-	-	-	-	17	15
Parcelamento INSS Patronal	700	-	-	700	-	-
	4.010	3.485	3.763	4.113	3.620	3.880

NÃO CIRCULANTE

	Controladora			Consolidado			Vencimento
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	
Parcelamento REFIS INSS	-	475	4.439	608	1.137	5.158	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.273	9.225	7.224	8.353	9.274	7.225	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.509	3.881	-	3.509	3.881	-	Outubro 2014
Parcelamento CSLL	-	-	-	-	-	14	Novembro 2010
Parcelamento INSS Patronal	2.154	-	-	2.154	-	-	Abril 2015
	13.936	13.581	11.663	14.624	14.292	12.397	

Notas Explicativas

Vencimentos no longo prazo:	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
2010	-	-	3.080	-	-	3.215
2011	-	3.979	3.079	-	4.216	3.159
2012	2.014	1.815	3.077	2.104	2.052	3.157
2013	2.014	1.815	2.427	2.104	2.052	2.505
2014	2.014	-	-	2.104	-	-
2015	1.687	-	-	1.777	-	-
Acima	6.207	5.972	-	6.535	5.972	361
	13.936	13.581	11.663	14.624	14.292	12.397

Além da adesão ao Refis ocorrida em 2009, para conversão dos parcelamentos anteriormente existentes no PAES (Lei 10.684/03), a Companhia optou pelo parcelamento de outros débitos de IPI que apresentavam expectativa de perda provável na avaliação dos assessores jurídicos. A decisão da Administração está embasada nas relevantes reduções dos valores relativos à multa de ofício e de mora e dos juros de mora, o que reduzem significativamente os valores parcelados, e ainda, na possibilidade de utilização do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido para abater os saldos remanescentes das multas de ofício e de mora e também dos juros após as reduções concedidas pela Lei 11.941/09 e pela MP 470/09.

As movimentações referentes à adesão ao Refis ocorrida em 2009 contendo os valores adicionados, atualizações/benefícios e compensações com prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, estão assim apresentadas.

Quadro de movimentação REFIS - Controladora

	INSS	Receita Federal	Rec. Federal - IPI
Saldo anterior contábil	4.645	7.077	34.630
Novas adições	-	-	7.536
Atualização do débito e benefícios da lei 11.941/09 e MP 470/09	(1.720)	(945)	(15.702)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(1.309)	(3.069)	(18.928)
Saldo contábil atual	1.616	3.063	7.536

Quadro de movimentação REFIS - Consolidado

	INSS	Receita Federal	Rec. Federal - IPI
Saldo anterior contábil	5.392	7.159	34.630
Novas adições	-	-	7.536
Atualização do débito e benefícios da lei 11.941/09 e MP 470/09	(1.720)	(945)	(15.702)
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(1.309)	(3.069)	(18.928)
Saldo contábil atual	2.363	3.145	7.536

Notas Explicativas

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal - IPI – Refere-se a parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R$ 8.272 sendo R$ 3.252 de principal e R$ 5.020 de multas e de juros de mora. Este valor será pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário dos meses de novembro, dezembro e décimo terceiro do ano de 2008.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para 2009 e 2010 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos.

Os efeitos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 são:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda diferido passivo						
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	8.364	13.618	-	8.757	13.618	-
Valor Justo dos ativos biológicos	30.165	26.159	29.041	31.635	27.204	30.229
Custo Atribuído do ativo imobilizado	83.457	82.543	99.133	104.439	103.484	106.765
Reserva de Reavaliação	4.258	4.397	4.554	4.258	4.397	4.554
Contribuição social diferida passiva						
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.011	4.902	-	3.153	4.902	-
Valor Justo dos ativos biológicos	10.858	9.417	10.455	11.653	9.982	11.097
Custo Atribuído do ativo imobilizado	30.047	29.716	35.689	37.599	37.253	38.436
Reserva de Reavaliação	1.533	1.582	1.639	1.533	1.582	1.638
	171.693	172.334	180.511	203.027	202.422	192.719

22. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber			Contas a pagar			Debêntures a pagar	Mútuo ativo			Mútuo passivo			Receitas		Despesas	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	2010	2009	2010	2009
								-	-	-							
Irani Trading S.A.	-	-	357	1.389	40	99	41.516	-	-	-	4.345	3.290	1.952	-	-	17.569	728
Habitasul Florestal S.A.	4.369	5.969	2.184	456	86	126	-	-	-	-	13.258	14.465	11.600	-	-	841	978
HGE - Geração de Energia	-	-	-	1.387	3.107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	2.132	671	473	-	-	187	-	-	2.730	3.676	-	-	-	4.400	1.785	3.437	1.348
Irani Participações	-	-	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	-	149	133		-	-	-				-	-	447	1.618
Fazenda São Clemente	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.341	-
Remuneração dos administradores	-	-	-	3.818	1.635	1.856	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.653	2.305
Habitasul Desen.Imob.	-	-	-	-	-			-	-	-	-	306	8.129		-		2.282
Total	6.501	6.640	3.014	7.199	5.017	2.439	41.516	-	2.730	3.676	17.602	18.061	21.681	4.400	1.785	28.768	9.739
Parcela circulante	(6.501)	(6.640)	(3.014)	(7.199)	(5.017)	(2.439)	-	-	-	-	-	(306)	(6.968)				
Parcela não circulante	-	-	-	-	-	-	41.516	-	2.730	3.676	17.602	17.755	14.713				

Consolidado	Contas a pagar			Mútuo passivo			Despesas	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	2010	2009	01.01.09	2010	2009
							-	-
Irani Trading S.A.	1.389	-	-	-	-	-	-	-
Habitasul Florestal S.A.	456	-	-	-	-	-	-	-
Irani Participações	-	-	38	-	-	-	480	480
Companhia Com.de Imóveis	-	149	133	-	-	-	447	1.618
Habitasul Desen.Imob.	-	-	-	-	306	8.129	-	2.282
Fazenda São Clemente	149	-	-	-	-	-	1.341	-
Remuneração dos administradores	3.818	1.635	2.166	-	-	-	5.003	2.681
Total	5.812	1.784	2.337	-	306	8.129	7.271	7.061
Parcela circulante	(5.812)	(1.784)	(2.337)	-	(306)	(6.968)		
Parcela não circulante	-	-	-	-	-	1.161		

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está sendo locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. com vencimento descrito na nota 18.

de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria e participação dos administradores.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R$ 5.003 no exercício de 2010 (R$ 2.681 em 2009). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010 no valor máximo de R$ 5.500.

Em Reunião do Conselho de Administração de 05 de março de 2010 foi aprovada a manutenção da Participação dos Administradores provisionada em exercícios anteriores no valor de R$ 1.635, a qual foi distribuída no segundo trimestre de 2010, conforme deliberação do próprio Conselho de Administração.

Está sendo destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2010, no montante de R$ 3.818 mil, equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores por deliberação específica do Conselho de Administração.

23. CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO – CRI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R$ 40.833,que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013,

SC.

- Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro , 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas

Notas Explicativas

vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

24. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingência é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Provisão cíveis	7.669	7.667	7.610	7.669	7.667	7.610
Provisão trabalhistas	508	1.915	6.090	575	2.159	6.345
Provisão tributárias	31.685	18.876	50.419	31.684	18.876	50.419
	39.862	28.458	64.119	39.928	28.702	64.374
Parcela do circulante	-	1.038	4.777	-	1.038	4.777
Parcela do não circulante	39.862	27.420	59.342	39.928	27.664	59.597

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.09	Provisão	Baixas	31.12.10	01.01.09
Cível	7.667	2	-	7.669	7.610
Trabalhista	1.915	82	(1.489)	508	6.090
Tributária	18.876	12.868	(59)	31.685	50.419
	28.458	12.952	(1.548)	39.862	64.119

Consolidado	31.12.09	Provisão	Baixas	31.12.10	01.01.09
Cível	7.667	2	-	7.669	7.610
Trabalhista	2.158	82	(1.666)	574	6.345
Tributária	18.876	12.868	(59)	31.685	50.419
	28.701	12.952	(1.725)	39.928	64.374

Notas Explicativas

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial e principalmente, a ação falimentar de empresa onde a Companhia tem o crédito habilitado no processo. Em 31 de dezembro de 2010, havia R$ 7.669 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R$ 7.051, classificados no Ativo não Circulante.

b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R$ 575 em 31 de dezembro de 2010, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R$ 462, classificados no Ativo não Circulante.

c) As provisões para contingências tributárias se referem a:
i) execução fiscal promovida pelo Estado de Santa Catarina tratando-se de discussão de suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R$ 1.305.
ii) a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. O montante compensado entre os períodos de setembro de 2006 a dezembro de 2010 foi de R$ 22.451. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 totaliza R$ 30.380.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2010, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contingências trabalhistas	8.154	7.109	5.493
Contingências cíveis	780	1.132	5.019
Contingências ambientais	876	876	876
Contingências tributárias	46.097	44.390	14.238
	55.907	53.507	25.626

Notas Explicativas

Contingências trabalhistas:
As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 8.154 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Encontram-se em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:
As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 780 e contempla principalmente ação cíveis de indenização, encontrando-se em fases processuais diversas.

Contingências ambientais:
Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:
As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R$ 46.097 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 30 de setembro de 2010 de R$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.

- Execução Fiscal n° 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de setembro de 2010 de R$ 4.247 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.

- Execução Fiscal n° 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2010 de R$ 4.471 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD n° 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.

Notas Explicativas

- Processos Administrativos n°. 11080.013972/2007-12 e n°. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2010 de R$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e considera boas as chances de êxito.

- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2010 de R$ 27.119. A Companhia apresentou defesas administrativas para as referidas notificações fiscais e considera muito boas as chances de êxito para todos os créditos constituídos.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM n° 10/80 e suas alterações. O plano de recompra tem por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e tem como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu 9.100 ações ao valor total de R$ 229 distribuídas da seguinte forma:

- 7.900 ações ordinárias ao valor médio de R$ 25,17 / ação
- 1.200 ações preferenciais ao valor médio de R$ 25,00 / ação

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R$ 27,00 para as ações ordinárias e R$ 26,00 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 5.602 (cinco mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R$ 80, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

c. Lucro do exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal demonstrado, conforme abaixo:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	34.360	21.951
Realização da reserva de reavaliação	365	1.614
Realização da reserva de lucros a realizar	3.205	10.285
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	3.039	9.789
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	(29.330)
(-) Compensação de prejuízos acumulados - baixa diferido	-	(1.024)
(-) Reserva legal	(2.048)	(814)
Lucro base para distribuição de dividendos	38.921	12.471
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)		
Dividendos propostos a pagar	9.730	3.118
Dividendos por ação ordinária (R$ por ação)	1,20	
Dividendos por ação preferencial (R$ por ação)	1,32	

No ano de 2010, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios atribuídos aos acionistas referente ao exercício de 2009 no valor de R$ 3.872. Com a adequação de todos os CPCs nas demonstrações contábeis de 2009, os efeitos do Valor justo dos ativos biológicos e do custo atribuído a ativos imobilizados bem como suas realizações pela exaustão e depreciações naquele ano, alteraram os resultados e por consequência a base para dividendos conforme demonstrado acima. A Administração entende não prejudicar os acionistas uma vez que os valores foram distribuídos a todos e o montante não é significativo, não impactando na liquidez da empresa.

d. Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por Reserva legal, Reserva de lucros a realizar, Ajustes de avaliação patrimonial e Reserva de retenção de lucros.

Notas Explicativas

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pelo efetivo consumo dos ativos biológicos avaliados a valor justo, quando será também oferecida a base de dividendos.

A Reserva de ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em função de a Companhia ter avaliados seus ativos imobilizado (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecido a base de dividendos.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

26. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	2010		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.457.727	640.413	8.098.140
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	34.983	3.305	38.288
Lucro por ação básico e diluído - R$	4,6909	5,1601	

	2009		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.459.646	640.513	8.100.159
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	23.383	2.209	25.592
Lucro por ação básico e diluído - R$	3,1347	3,4482	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

Notas Explicativas

27. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas de produtos	541.447	427.904	570.025	447.660
Impostos sobre as vendas	120.337	91.712	123.900	93.979
Devoluções de vendas	3.153	3.452	3.439	3.684
Receita líquida de vendas	417.957	332.740	442.686	349.997

28. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custos variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(269.095)	(180.321)	(264.916)	(188.120)
Gastos com pessoal	(46.094)	(47.347)	(48.112)	(48.470)
Variação valor justo ativos biológicos	21.337	4.053	50.738	3.696
Depreciação, amortização e exaustão	(39.946)	(54.428)	(50.992)	(62.281)
Fretes de vendas	(16.760)	(15.199)	(17.420)	(15.528)
Contratação de serviços	(6.637)	(5.270)	(7.615)	(5.667)
Despesas de vendas	(12.156)	(11.583)	(12.392)	(11.671)
Outros gastos	(3.347)	(5.622)	(4.762)	(5.375)
	(372.698)	(315.717)	(355.471)	(333.416)
Outras despesas líquidas				
Provisões para contingencia e outras	-	(5.178)	-	(5.178)
Realização de custo atribuido ao ativo biológico	-	(6.180)	-	(6.180)
Custo da venda de ativos	(2.268)	(21.976)	(3.009)	(21.979)
Beneficio de Refiz	-	15.702	-	15.702
Creditos tributários	642	-	642	-
Venda de ativo permanente	1.462	29.202	2.303	29.204
Outras despesas	146	4.836	188	4.692
	(18)	16.406	124	16.261
Despesa operacional	(372.716)	(299.311)	(355.347)	(317.155)

Notas Explicativas

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Receita de bens alienados	-	29.344	-	29.344
Beneficios parcelamento REFIS	-	18.367	-	18.367
Estorno de contingencia	147	4.211	174	4.211
Outras receitas operacionais	1.063	1.302	1.212	1.380
Receita de bens alienados e sinistrados	1.218	-	2.059	-
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	781	727	781	727
	3.209	53.951	4.226	54.029

Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Provisão IPI extemporâneo	-	(6.836)	-	(6.836)
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(1.940)	(28.275)	(2.780)	(28.275)
Outras despesas operacionais	(1.077)	(717)	(1.112)	(2.077)
Provisão para perda em controlada	(210)	(1.137)	(210)	-
Provisão contingencias civeis e trabalhistas	-	(580)	-	(580)
	(3.227)	(37.545)	(4.102)	(37.768)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Resultado antes dos impostos	37.795	39.842	39.765	40.116
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(12.850)	(13.546)	(13.520)	(13.639)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	13.588	(571)	-	-
RTT - Ajustes do regime tributário de transição	-	119	-	119
Realização reserva reavaliação por alienação	-	(3.663)	-	(3.663)
Diferença de tributação empresas controladas	-	-	11.079	2.778
Outras diferenças permanentes	(355)	(284)	851	(3.813)
Operação Descontinuada	(2.023)	(1.876)	(2.023)	(1.876)
	(1.640)	(19.821)	(3.613)	(20.094)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.986)	-	(3.831)	(437)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.346	(19.821)	218	(19.657)

Notas Explicativas

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.014	269	4.737	269
Juros	960	1.161	986	1.165
Descontos obtidos	207	491	215	514
	4.181	1.921	5.938	1.948
Variação cambial				
Variação cambial ativa	28.831	73.589	28.831	73.590
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.999		1.999	
Variação cambial passiva	(26.641)	(14.766)	(26.641)	(14.774)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(4.545)		(4.549)	
Variação cambial líquida	(356)	58.823	(360)	58.816
Despesas financeiras				
Juros	(44.282)	(43.207)	(44.518)	(43.719)
Descontos concedidos	(181)	(632)	(181)	(928)
Deságios/despesas bancárias	(499)	(2.942)	(552)	(2.971)
Outros	(326)	(301)	(1.946)	(301)
	(45.288)	(47.082)	(47.197)	(47.919)
Resultado financeiro líquido	(41.463)	13.662	(41.619)	12.845

32. SEGUROS (Não auditado)

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura está assim demonstrada:

Dados Controladora e Consolidado:

Notas Explicativas

Cobertura	Vigência	Importância Segurada
Seguro Empresarial, grupo de usinas, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	21/10/10 a 20/10/11	R$ 5.329
Seguro Empresarial, grupo escritórios e pousada, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	09/10/10 a 08/10/11	R$ 1.900
Seguro Industrial, grupo fábricas, coberturas de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça.	12/11/10 a 11/11/11	R$ 237.970
Seguro Responsabilidade Civil Geral, abrangente para todas as unidades, coberturas de responsabilidade civil e danos morais.	28/09/10 a 27/09/11	R$ 10.000
Seguro Responsabilidade Civil de Administradores.	04/11/10 a 03/11/11	R$ 10.000
Seguro Residencial e Empresarial, vila residencial e dependências comerciais, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	29/09/10 a 28/09/11	R$ 13.060
Seguro de vida em grupo - colaboradores - 24 ou 48 vezes o salário nominal, se por morte natural ou acidental, respectivamente.	02/12/10 a 01/12/11	valor da cobertura é limitado ao mínimo de R$ 10 e máximo de R$ 500
Seguro frota de veículos, danos materiais, corporais e morais.	15/08/10 a 14/08/11	Veículos a valor de mercado e coberturas adicionais de R$ 370 por veículo.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 21 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas do ano 2010. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contas a receber	2.895	4.158	7.569	2.949	4.241	7.664
Créditos de carbono a receber	5.789	3.726	5.010	5.789	3.726	5.010
Bancos conta vinculada	10.484	3.803	3.340	10.484	3.803	3.340
Investimento Brastilo Inc.	-	-	397		-	397
Adiantamento de clientes	(325)	(323)	(1.142)	(207)	(323)	(1.142)
Fornecedores	(661)	(257)	(3.405)	(661)	(257)	(3.406)
Empréstimos e financiamentos	(99.841)	(174.554)	(248.634)	(99.841)	(174.554)	(248.634)
Exposição líquida	(81.659)	(163.447)	(236.865)	(81.487)	(163.364)	(236.771)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM n° 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

Consolidado

Operação	Saldo 31.12.10	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
	U$$	Taxa	R$	Taxa	R$	Taxa	R$
Ativos							
Contas a receber	11.536	1,67	(14)	2,08	4.788	2,50	9.590
Passivos							
Contas a pagar	(521)	1,67	1	2,08	(216)	2,50	(433)
Empréstimos e financiamentos	(59.921)	1,67	72	2,08	(24.870)	2,50	(49.813)
Efeito líquido			59		(20.298)		(40.655)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31.12.2010 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), ou LIBOR (London Interbank Offered Rate).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenários remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados esta representada na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Consolidado

Operação	Indexador	Saldo 31.12.10	Cenário base Ganho (perda) Taxa %	Cenário base Ganho (perda) R$	Cenário adverso Ganho (perda) Taxa %	Cenário adverso Ganho (perda) R$	Cenário remoto Ganho (perda) Taxa %	Cenário remoto Ganho (perda) R$
Aplicações financeiras								
CDB	CDI	41.139	11,75	427	14,69	1.569	17,63	2.711
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	21.339	11,75	(259)	14,69	(951)	17,63	(1.643)
Debêntures	CDI	103.920	11,75	(1.143)	14,69	(4.196)	17,63	(7.248)
Capital de giro	TR	5.019	0,12	1	0,15	(1)	0,18	(2)
Finames	TJLP	24.613	6,00	-	7,50	(369)	9,00	(738)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	8.466	0,46	(1)	0,58	(10)	0,69	(20)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	9.606	1,38	(14)	1,73	(47)	2,07	(80)
Efeito líquido				(989)		(4.005)		(7.020)

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	31.12.2010	
	Valor nocional	Valor justo (1)
Hedge de valor justo		
Moeda Estrangeira *Swaps*	29.300	(2.534)
Total derivativos	29.300	(2.534)

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 31 de dezembro de 2010, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocional por instrumento:

Finalidade / Risco / Instrumento						
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Hedge de valor justo						
Moeda Estrangeira *Swaps*	(25)	(488)	(711)	(847)	(463)	(2.534)

Finalidade / Risco / Instrumento						
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Hedge de valor justo						
Moeda Estrangeira *Swaps*	3.663	7.325	7.325	7.325	3.662	29.300

Parte desses instrumentos financeiros de contratos de Swaps estão atrelados à aplicação financeira vinculada, conforme nota explicativa 10.

34. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem; florestal e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Notas Explicativas

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pínus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pínus,que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado					
	31/12/2010					
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	103.425	269.610	18.637	6.411		398.083
Mercado externo	31.462	-	13.141		-	44.603
Receita de vendas para terceiros	134.887	269.610	31.778	6.411	-	442.686
Receitas entre segmentos	25.997	715			(26.712)	-
Vendas líquidas totais	160.884	270.325	31.778	6.411	(26.712)	442.686
Variação valor justo ativo biológico	21.336	-	29.402	-	-	50.738
Custo dos produtos vendidos	(104.307)	(211.794)	(25.819)	(3.551)	25.381	(320.090)
Lucro bruto	77.913	58.531	35.361	2.860	(1.331)	173.334
Despesas operacionais	(18.162)	(38.014)	(3.795)	(2.824)	(23.200)	(85.995)
Resultado operacional antes do Resultado financeiro	59.751	20.517	31.566	36	(24.531)	87.339
Resultado financeiro	(22.657)	(18.408)	(746)	(206)	398	(41.619)
Resultado operacional líquido	37.094	2.109	30.820	(170)	(24.133)	45.720
Ativo Total	676.499	170.681	128.072	4.456	165.052	1.144.760
Passivo Total	295.008	63.381	14.421	2.677	302.143	677.630
Patrimônio Líquido	285.388	-	119.958	1.507	60.277	467.130

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/2009					
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	95.423	192.567	13.453	3.913		305.356
Mercado externo	31.736	-	12.905	-	-	44.641
Receita de vendas para terceiros	127.159	192.567	26.358	3.913	-	349.997
Receitas entre segmentos	12.916	859			(13.775)	-
Vendas líquidas totais	140.075	193.426	26.358	3.913	(13.775)	349.997
Variação valor justo ativo biológico	4.052	-	(356)			3.696
Custo dos produtos vendidos	(103.753)	(154.267)	(20.349)	(2.449)	13.611	(267.207)
Lucro bruto	40.374	39.159	5.653	1.464	(164)	86.486
Despesas operacionais	(22.617)	(31.489)	(2.694)	(2.210)	5.366	(53.644)
Resultado operacional antes do Resultado financeiro	17.757	7.670	2.959	(746)	5.202	32.842
Resultado financeiro	2.099	11.655	(417)	(392)	(100)	12.845
Resultado operacional líquido	19.856	19.325	2.542	(1.138)	5.102	45.687
Ativo Total	661.139	139.704	129.092	3.099	129.431	1.062.465
Passivo Total	317.604	83.648	15.182	860	202.450	619.744
Patrimônio Líquido	292.435	-	99.827	-	50.459	442.721

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas de 2010 totalizaram R$ 442.686 (R$ 349.997 em 2009).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 2010 totalizou R$ 44.603 (R$ 44.641 em 2009), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Notas Explicativas

	31.12.10 Consolidado			31.12.09 Consolidado	
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Argentina	8.825	2,0%	Holanda	8.382	2,4%
Holanda	7.749	1,8%	Argentina	6.839	2,0%
Arábia Saudita	6.731	1,5%	Arábia Saudita	6.593	1,9%
Paraguai	3.120	0,7%	França	3.414	1,0%
França	3.045	0,7%	Paraguai	3.338	1,0%
Chile	2.747	0,6%	Venezuela	1.966	0,6%
Peru	2.059	0,5%	Peru	1.788	0,5%
Africa do Sul	1.722	0,4%	Africa do Sul	1.673	0,5%
Alemanha	1.340	0,3%	Chile	1.473	0,4%
Noruega	1.144	0,3%	Noruega	1.073	0,3%
Estados Unidos	1.086	0,2%	Uruguai	985	0,3%
Bolívia	894	0,2%	Bolívia	734	0,2%
Espanha	811	0,2%	Colombia	615	0,2%
Uruguai	612	0,1%	Estados Unidos	612	0,2%
Colombia	598	0,1%	Coreia	494	0,1%
Outros países	2.121	0,5%	Outros países	4.664	1,3%
	44.603	10,1%		44.641	12,8%

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2010 no mercado interno representaram R$ 398.083 (R$ 305.356 em 2009).

No ano de 2010, um único cliente representava mais de 10% das vendas, com uma participação de 19,1% das receitas líquidas deste mercado no segmento Embalagem PO, equivalente a R$ 51.500. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

35. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os resultados da operação descontinuada estão apresentados conforme segue.

Notas Explicativas

Resultado de operação descontinuada

	2010	2009
Receita líquida	7.870	31.563
Custo dos produtos vendidos	(10.588)	(30.467)
Prejuízo (lucro) bruto	(2.718)	1.096
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.040)	(5.055)
Resultado financeiro	(1.124)	(256)
Outras receitas e despesas operacionais	(69)	(1.301)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(5.951)	(5.516)
Imposto de renda e contribuição social	2.023	1.875
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(3.928)	(3.641)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que são distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

36. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DE UNIDADES PRODUTIVAS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R$ 1.364 mensais fixos.
b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de R$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de alugueis reconhecidos como despesa em 2010 e 2009 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R$ 18.043 (R$ 1.618 em 2009)
  Em 2010 iniciou aluguel com a controlada Irani Trading S.A.
- Alugueis de unidades comerciais e administrativas = R$ 293 mil (R$ 282 em 2009)

Notas Explicativas

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2010 totalizam um montante mínimo de R$ 97.780.

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Aluguéis mínimos futuros	18.200	61.636	17.944	97.780

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Aos Srs. Acionistas da
CELULOSE IRANI S.A.

Proposta de Orçamento de Capital

De acordo com o previsto no artigo 196 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei n° 10.303 de 31.10.2001, a administração da Celulose Irani S.A.(“Companhia”) vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital.

A proposta de destinação do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia no exercício encerrado em 2010, constante das Demonstrações Financeiras, prevê que após os ajustes a que se referem os Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76 serão retidos lucros no montante de R$ 29.191 mil, destinados a Reserva de Retenção de Lucros, designada para atender ao Plano de Investimento da Companhia.

O Orçamento de Capital 2011, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2010, totaliza o montante de R$ 34.429 mil, assim distribuídos:

CELULOSE IRANI S.A.

Orçamento de Capital 2011			
[em R$ mil]			
	Correntes	**Estratégicos**	**Total**
Papel	12.554	7.594	20.148
Florestal	5.070	-	5.070
Embalagem SP	816	-	816
Embalagem SC	1.560	-	1.560
Necessidade de Capital de Giro	6.835	-	6.835
Total de Investimentos 2011	26.835	7.594	34.429

Sendo esta a proposta que tinha a apresentar, a Administração coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

A Administração.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

¸RELATč RIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRA¢ì ES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Celulose Irani S.A.
Porto Alegre ï RS

Examinamos as demonstra- »es financeiras individuais e consolidadas da Celulose Irani S.A. (ñCompanhiaò), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balan- o patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstra- »es do resultado, das muta- »es do patrim¹ nio l²quido e dos fluxos de caixa, para o exerc²cio findo naquela data, assim como o resumo das principais pr§ticas cont§beis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administra- «o sobre as demonstra- »es financeiras

A administra- «o da Companhia ®respons§vel pela elabora- «o e adequada apresenta- «o das demonstra- »es financeiras individuais de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil e das demonstra- »es financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relat· rio financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ï IASB, e de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necess§rios para permitir a elabora- «o dessas demonstra- »es financeiras livres de distor- «o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade ®a de expressar uma opini«o sobre essas demonstra- »es financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exig° ncias ®ticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter seguran- a razo§vel de que as demonstra- »es financeiras est«o livres de distor- «o relevante.

Uma auditoria envolve a execu- «o de procedimentos selecionados para obten- «o de evid° ncia a respeito dos valores e divulga- »es apresentados nas demonstra- »es financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia- «o dos riscos de distor- «o relevante nas demonstra- »es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia- «o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora- «o e adequada apresenta- «o das demonstra- »es financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que s«o apropriados nas circunst©ncias, mas n«o para fins de expressar uma opini«o sobre a efic§cia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, tamb®m, a avalia- «o da adequa- «o das pr§ticas cont§beis utilizadas e a razoabilidade das estimativas cont§beis feitas pela administra- «o, bem como a avalia- «o da apresenta- «o das demonstra- »es financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evid° ncia de auditoria obtida ®suficiente e apropriada para fundamentar nossa opini«o.

Opini«o sobre as demonstra- »es financeiras individuais

Em nossa opini«o, as demonstra- »es financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi- «o patrimonial e financeira da Celulose Irani S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas opera- »es e os seus fluxos de caixa para o exerc²cio findo naquela data, de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil.

Opini«o sobre as demonstra- »es financeiras consolidadas

Em nossa opini«o, as demonstra- »es financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi- «o patrimonial e financeira consolidada da Celulose Irani S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas opera- »es e os seus fluxos de caixa consolidados para o exerc²cio findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relat· rio financeiro (IFRS) emitidas pelo ernational Accounting Standards Board ï IASB e as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil.

ąnfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstra- »es financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as pr§ticas cont§beis adotadas no Brasil. Essas pr§ticas diferem do IFRS, aplic§vel ¨ s demonstra- »es financeiras separadas, somente no que se refere ¨ avalia- «o dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo m®todo de equival° ncia patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstra- »es do valor adicionado

Examinamos, tamb®m, as demonstra- »es individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exerc²cio findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresenta- «o ®requerida pela legisla- «o societ§ria brasileira para companhias abertas, e como informa- «o suplementar pelas IFRS que n«o requerem a apresenta- «o da DVA. Essas demonstra- »es foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opini«o, est«o adequadamente apresentadas, em todos os seus

aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Roberto Wagner Promenzio
Auditores Independentes Contador
CRC nº. 2SP 011.609/0-8/F/RS CRC nº. 1SP-088.438/O-9/S/RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA
Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM n° 480/09

Na qualidade de Diretores da Celulose Irani S.A., sociedade por ações com sede na Rua General João Manoel, n°. 157, 9°. andar, sala 903, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 92.791.243/0001-03, DECLARAMOS nos termos do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n°. 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

Péricles de Freitas Druck - Presidente
Péricles Pereira Druck – Diretor Superintendente
Odivan Carlos Cargnin – Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores
Sérgio Luiz Cotrim Ribas – Diretor de Negócios Papel e Embalagem
Ronald Heinrichs – Diretor de Negócios Móveis
Marlus Rodnei Souza Wiecheteck – Diretor de Negócios Florestal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA
Para fins do Artigo 25 da Instrução CVM n° 480/09

Na qualidade de Diretores da Celulose Irani S.A., sociedade por ações com sede na Rua General João Manoel, n°. 157, 9°. andar, sala 903, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 92.791.243/0001-03, DECLARAMOS nos termos do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução CVM n°. 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

Péricles de Freitas Druck - Presidente
Péricles Pereira Druck – Diretor Superintendente
Odivan Carlos Cargnin – Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores
Sérgio Luiz Cotrim Ribas – Diretor de Negócios Papel e Embalagem
Ronald Heinrichs – Diretor de Negócios Móveis
Marlus Rodnei Souza Wiecheteck – Diretor de Negócios Florestal

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	